# RELATÓRIO ANUAL 2012
# Demonstrações Financeiras

*Unidade produtiva da Alumar – São Luis (MA)*

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Desde meados de 2008, o cenário macroeconômico nos impõe grandes desafios. O crescente aumento no preço da energia e do "custo Brasil", aliado à queda no preço do alumínio no mercado internacional, impactam diretamente os resultados de nossos negócios. Para lidar com esse contexto, vivenciamos um período de intensas discussões, particularmente com o Poder Público. O futuro da indústria do alumínio no Brasil está em questão, no entanto, continuamos a honrar nossos Valores e as responsabilidades socioambientais e econômicas e a cumprir nossos compromissos em relação a clientes, acionistas, comunidades e fornecedores.

Para superar esses obstáculos contamos com o comprometimento das alcoanas e dos alcoanos, cada vez mais engajados com ações de valorização da diversidade, de transparência nas relações e de garantia da saúde e segurança do trabalhador no ambiente de trabalho. Nossos esforços são reconhecidos inclusive pela Alcoa mundialmente, que nos tem como referência em eficiência energética, energia limpa, gestão ambiental e responsabilidade corporativa.

Esse modelo de gestão integrado também é reconhecido externamente, como demonstram as premiações conquistadas em 2012. Em 2013 celebramos os 125 anos de Alcoa no mundo, fortalecendo ainda mais nossas relações e crescendo de forma sustentável. E, em dois anos, celebraremos 50 anos de ativa presença no Brasil. Seguimos avançando.

**Boa leitura.**
Franklin L. Feder
**Presidente da Alcoa América Latina e Caribe**

### Prêmios e reconhecimentos

A Alcoa foi reconhecida em 2012 como uma das Melhores Empresas para se Trabalhar (pelo 11º ano consecutivo) e a Melhor Empresa para a Mulher Trabalhar no Brasil, pelo Great Place to Work Institute, e uma das 30 Melhores Empresas para iniciar a carreira, pela revista *Você SA*. Também foi eleita, novamente, uma das 21 empresas-modelo pelo *Guia EXAME de Sustentabilidade*.

ALCOA 125 ANOS

## INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

A Alcoa é líder mundial na produção de alumínio primário e alumínio transformado e a maior mineradora de bauxita e refinadora de alumina do mundo. Mantêm seis unidades produtivas e três escritórios no país, nos estados de Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. Possui ainda participação acionária em quatro usinas hidrelétricas: Machadinho e Barra Grande, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão, em Goiás; e Estreito, entre Maranhão e Tocantins.

**CANAIS PARA CONTATO**

- A Palavra é Sua: canal anônimo ou não, direto com o presidente da América Latina e Caribe, via intranet corporativa;
- Eu Queria Saber: canal anônimo ou não, direto com a direção de cada localidade, via intranet corporativa;
- Linha Direta de Conduta e Ética: canal para o reporte, anônimo ou não, de suspeitas de não conformidade com leis ou com as políticas e os valores da Alcoa. O canal pode ser acessado gratuitamente, em português, por meio do 0800-891-2552.
- Fale com Seu Médico: canal sigiloso para tirar dúvidas sobre questões de saúde dos funcionários.
- Central Alcoa de Atendimento ao Cliente (Caac): para obter informações sobre a empresa e seus produtos. Aberto a todos os públicos por meio do telefone 0800 0159888 e do *e-mail* faleconosco@alcoa.com.br.

## GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Como subsidiária da Alcoa Inc., a Alcoa no Brasil busca seguir os parâmetros de governança adotados por sua matriz, nos Estados Unidos. O Conselho de Administração é o mais alto órgão da estrutura administrativa da Alcoa Inc. e responde pelas diretrizes estratégicas do grupo. Formado por dez membros, periodicamente se reúne para deliberar sobre mudanças estatuárias e aprovação de orçamentos. O órgão conta com o apoio de quatro comitês – Executivo, de Auditoria, de Assuntos Institucionais e Remuneração e Benefícios e de Governança e Nomeação. No Brasil, conta com um conselho consultivo que responde pelo aconselhamento aos administradores da companhia.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

Com um patrimônio líquido consolidado de R$ 5,5 bilhões, a Alcoa Alumínio S.A no Brasil obteve receita líquida consolidada de R$ 2,6 bilhões em 2012, o que representa um aumento de 10,6% em relação a 2011. O Ebitda foi de R$ 265 milhões, 311% superior ao de 2011, e as receitas operacionais foram de R$ 3,2 bilhões, com custo operacional de R$1,7 bilhões. Esses resultados ocorreram em decorrência do aumento do volume de vendas.

**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**
(Em milhares de reais)

| | 2011 | 2012 |
|---|---|---|
| Receitas das operações | 2.890.772 | 3.179.398 |
| Custo operacional | 1.813.614 | 1.721.940 |
| Funcionários | 247.953 | 276.421 |
| Governo | 525.963 | 541.900 |
| Remuneração de capital de terceiros | 438.283 | 284.576 |
| Lucros/prejuízos retidos | (124.038) | (52.008) |
| Valor adicionado gerado a distribuir total | 1.113.396 | 994.154 |

## ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

Para a Alcoa, sustentabilidade é alcançar o sucesso financeiro com responsabilidade social e excelência operacional, de modo a gerar benefícios reais a acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e comunidades onde atua. Diante dessa diretriz, as unidades da Alcoa Inc. conectam questões econômicas, ambientais e sociais para a definição de metas de curto e longo prazo.

**Os 7+2 temas de sustentabilidade**
As questões de sustentabilidade mais relevantes para os negócios da Alcoa no Brasil estão refletidas em sete temas materiais (elencados de acordo com a relevância na matriz de materialidade) e dois temas transversais. Esse mapeamento foi feito a partir de diálogos realizados com clientes, fornecedores, funcionários, jornalistas, ONGs (organizações não governamentais) e integrantes do setor governamental.

**Temas transversais**

- Diálogo com as partes interessadas
- Transparência e responsabilidade

**Temas materiais**

- Desenvolvimento local e regional
- Gestão e desenvolvimento de pessoas
- Estratégia das relações de trabalho
- Cadeia de valor
- Acesso e uso eficiente de energia
- Gestão ambiental de resíduos, efluentes e emissões
- Conservação dos recursos naturais e da biodiversidade

### Visão e Valores

Diante de um novo alinhamento mundial do grupo, em 2012 a Visão e os Valores da Alcoa foram atualizados.

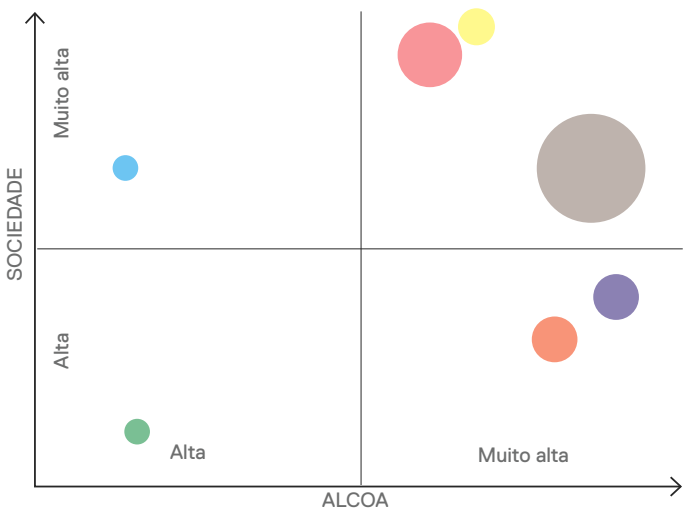
### Nossa Visão

Alcoa. Avançando a cada geração.

### Nossos Valores

Vivenciamos diariamente nossos Valores, em todos os lugares, colaborando em benefício de nossos clientes, investidores, funcionários, comunidades e parceiros. São eles: Integridade; Saúde, Segurança e Meio Ambiente; Inovação; Respeito e Excelência.

**MATRIZ DE MATERIALIDADE**




*Os diâmetros das circunferências são referentes ao grau de influência/controle da Alcoa sobre os temas. As cores utilizadas na matriz acima são as mesmas utilizadas para representar os temas materiais acima.*

**ATUAÇÃO SETORIAL**

A Alcoa trabalha com instituições e ONGs focadas em temas como mudanças climáticas e biodiversidade, como a Comissão de Meio Ambiente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e o Movimento Empresarial pela Biodiversidade – Brasil, do Instituto Ethos, o Programa Empresas pelo Clima, da Fundação Getúlio Vargas, grupos de trabalho do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e o Fórum Amazônia Sustentável.

**No Brasil, as metas-chave de Saúde, Segurança e Meio Ambiente são:**

**METAS 2020/2030***

| Meta | *Status* 2012 |
|---|---|
| **Saúde e Segurança** | |
| Atingir a marca de zero fatalidade | Zero fatalidade |
| Alcançar a taxa de 0,68 incidente registrável** até 2020 e 0,19 até 2030 | 0,53 |
| **Água** | |
| Reduzir em 10% a intensidade*** média de consumo de água doce em cada negócio até 2020; 25% até 2030 | 18% de redução na Operação de Produtos Primários, superando a meta estabelecida para 2020 |
| **Resíduos** | |
| Reciclar ou reutilizar 75% dos resíduos ainda destinados a aterro até 2020; 100% até 2030 | 77%, superando a meta estabelecida para 2020 |
| **Emissões** | |
| Reduzir em 20% o total (direto e indireto) da intensidade*** de emissões de dióxido de carbono equivalente ($CO_2$) na unidade de negócios de Produtos Primários até 2020; 30% até 2030 | 24%, superando a meta estabelecida para 2020 |

**As metas tomam como ano-base 2005.*
***Taxa de incidentes = Número de incidentes x 200 mil horas trabalhadas/hora-homem trabalhadas.*
****A intensidade é medida pela emissão ou consumo dividida pela produção.*

# CADEIA DE VALOR

A Alcoa busca contribuir para a sustentabilidade de seus clientes com soluções inovadoras para os mercados aeroespacial, automotivo, industrial e de embalagens, construção civil, transporte comercial, petróleo e gás, produtos elétricos e eletrônicos, refratários, tratamento de água e siderurgia. As rodas de alumínio forjado, por exemplo, possuem metade do peso de uma roda de aço e, ao serem aplicadas nos veículos comerciais, proporcionam a redução do consumo de combustíveis e da emissão de gases de efeito estufa e promovem ganhos nos sistemas de freios, pneus e amortecedores.

A empresa também reutiliza subprodutos gerados em seus processos industriais, reduzindo custos internos e tornando os clientes mais competitivos. Em 2012, destinou mais de 58 mil toneladas de resíduos, gerando uma receita de R$ 9,8 milhões. Esses esforços foram direcionados para os seguintes produtos:

- alumina provenientes do sistema de coletores de pós da Refinaria;
- cinzas resultantes da queima de carvão mineral na caldeira da refinaria da unidade de São Luís (Alumar) para ser incorporado na fabricação de cimento, em substituição à argila calcinada;
- materiais ricos em carbono provenientes do processo de produção de anodo;
- revestimento gasto oriundo do desmonte de cubas eletrolíticas;
- alumina derivada da limpeza da área de produção.

## Gestão de fornecedores

Por meio do Programa Compras Sustentáveis, a Alcoa considera critérios socioambientais na avaliação de fornecedores. Em 2012, 74 fornecedores foram avaliados e 28 foram auditados no local onde estão situados, incluindo algumas empresas que prestam serviços aos fornecedores. Além disso, questionários, visitas e métricas ajudam a identificar práticas de sustentabilidade de categorias consideradas críticas, ou seja, com relevante impacto socioambiental.

## Relacionamento com o cliente

A Alcoa utiliza a ferramenta Net Promoter Score (NPS) para conhecer a percepção dos clientes sobre seus produtos e serviços. Em 2012, 559 clientes responderam à pesquisa, quase o dobro de 2010, superando em 20% a meta estabelecida para o ano. Essa evolução demonstra a importância da ferramenta para identificar problemas e criar soluções que satisfaçam os clientes.

**NET PROMOTER** (Score 2012)

| | Total de respostas | (-) Detratores | Promotores | NPS |
|---|---|---|---|---|
| Primários | 165 | 3,64% | 73,94% | 70,30% |
| Extrudados | 287 | 9,06% | 72,13% | 63,07% |
| Laminados | 74 | 1,35% | 68,92% | 67,57% |
| Aeroespacial | 9 | 0,00% | 66,67% | 66,67% |
| Rodas | 24 | 4,17% | 75,00% | 70,83% |

**% de promotores (Notas 9 e 10)** – **% de detratores (Notas 0 a 6)** = **NPS**

Promotores são os que certamente recomendam a empresa

Detratores são os que não recomendam a empresa

NPS é o índice que reflete a satisfação do cliente

**PROPOSTA DE VALOR AO FUNCIONÁRIO**

A Alcoa estabeleceu a Proposta de Valor ao Funcionário com o objetivo de divulgar e orientar as pessoas sobre as iniciativas de gestão e valorização dos funcionários. O modelo inclui pilares que focam a atração, retenção e promoção da diversidade e o desenvolvimento das pessoas.

- Atração: Programa de Estágio, relacionamento com universidades, recrutamento interno e Programa de Seleção;
- Retenção e Engajamento: Programa de Valorização da Diversidade, oficina de retenção e *Road to Engagement*;
- Desenvolvimento: Universidade Alcoa, Semana do Desenvolvimento, Programa de Desenvolvimento da Liderança, Programa de Novos Engenheiros e os Professores Alcoa.

# ENGAJANDO NOSSAS PESSOAS

A empresa conta com a pesquisa *Global Voices* para avaliar o nível de engajamento e satisfação dos funcionários no ambiente de trabalho. Em 2012, 99,9% dos trabalhadores na América Latina envolveram-se na iniciativa, atingindo um índice de engajamento de 72%, resultado superior aos 70% obtidos em 2011.

**Diversidade**

Na América Latina, a participação das mulheres em cargos da produção subiu 5,5% entre 2005 e 2012, totalizando 26,7% no último ano, e de 9% para 21,3% em postos superiores, nesse mesmo período. Esse progresso é decorrente do compromisso da empresa em aumentar cada vez mais a participação de mulheres na empresa, valorizando a diversidade das pessoas.

**Saúde e Segurança**

No Brasil, a companhia cumpriu a meta estabelecida para 2020 de incidentes registráveis (0,68), atingindo a taxa de 0,53. Já a taxa de incidentes com afastamento aumentou de 0,7 em 2011 para 0,11 em 2012. Ainda em 2012, a Alcoa passou a acompanhar a Dart (taxa de incidentes com afastamento ou restrição de trabalho), e verificou um índice de 0,27 no ano.

# FORTALECENDO AS COMUNIDADES

Por meio do *Community Framework*, ferramenta de gestão global utilizada pela Alcoa, todas as unidades passam por um processo de avaliação que averigua e estabelece planos contínuos para aperfeiçoar o relacionamento e o diálogo com funcionários, comunidades, organizações governamentais e outros parceiros.

Como parte da ação, são elaboradas pesquisas em comunidades e aferida a postura da liderança local, prática que resulta em um Plano Anual de Investimento Comunitário. Essa definição é compartilhada com os Conselhos Regionais de Relações Comunitárias (representantes de organizações públicas e privadas) que, juntamente com a unidade, seleciona os projetos que serão encaminhados para análise do Instituto Alcoa. Em 2012, 100% das localidades participaram de treinamento específico e passaram a utilizar a ferramenta, incluindo o escritório corporativo, em São Paulo.

**Instituto Alcoa**

O Instituto Alcoa é uma entidade sem fins lucrativos que visa fortalecer as comunidades onde a empresa está presente. Em 2012, junto com a Alcoa Foundation, investiu R$ 5,1 milhões em 40 projetos comunitários e em programas de voluntariado. A instituição atua em quatro áreas: Programa de Apoio a Projetos Locais, Voluntariado, Programa Ecoa (Educação Comunitária Ambiental) e Iniciativas Globais.

**Programa Ecoa**

O Programa Ecoa (Educação Comunitária Ambiental) fomenta a participação da comunidade na construção de sociedades sustentáveis. Em apenas um ano, contou com a participação de 24 mil pessoas em todas as regiões onde a Alcoa está presente, certificou 300 agentes ambientais e realizou 180 atividades educacionais, 16 eventos temáticos e 22 oficinas.

# PROTEGENDO NOSSOS RECURSOS

A companhia busca aumentar sua eficiência produtiva e, consequentemente, reduzir os desperdícios no processo produtivo, desenvolvendo projetos de ecoeficiência focados na redução das emissões atmosféricas, da geração de resíduos sólidos industriais e do consumo de água.

**Energia e emissões**

Para fazer frente aos desafios atuais do setor de energia, a Alcoa utiliza fontes limpas que ajudam a reduzir impactos socioambientais das operações. Possui participação acionária em quatro usinas hidrelétricas: Machadinho, Barra Grande, Serra do Facão e Estreito. Estão em fase de licenciamento as usinas de Pai Querê, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e Santa Isabel, entre Tocantins e Pará.

Em 2012, por meio do Programa de Eficiência Energética, foram identificadas mais 40 oportunidades de redução de consumo de energia – e consequentemente de emissões. Até o fim de 2012, 38 oportunidades já haviam sido implementadas, gerando uma economia de US$ 20 milhões. Nas caldeiras e nos calcinadores de Poços de Caldas, o óleo combustível foi substituído por gás natural, e, em São Luís (Alumar), um projeto em parceria com a Liquigás foi desenvolvido para converter os fornos de cozimento de anodo de óleo diesel para Flex Gás (similar ao gás natural), um investimento de R$ 30 milhões. Ambas as iniciativas visam reduzir emissões de gases de efeito estufa.

As operações da Alcoa no Brasil receberam a certificação ouro do Programa GHG Protocol, pela transparência na comunicação e quantificação do inventário de emissões.

**Resíduos**

A Alcoa superou a meta de reciclagem e reutilização de resíduos estabelecida para 2020. Esse resultado é atribuído às novas soluções para os subprodutos gerados nos processos produtivos da empresa, em especial a reutilização dos finos de alumina na produção de alumínio primário na Alumar e em Poços de Caldas. Mesmo com a evolução, ainda serão desenvolvidas ações para atingir a meta de reciclar 100% dos resíduos destinados a aterros até 2030.

**Biodiversidade**

A Alcoa busca preservar a biodiversidade dos locais onde está instalada por meio do diálogo com comunidades e governos e da implementação de iniciativas de conservação dos recursos naturais. Para tanto, tem investido em três parques ambientais, mantidos voluntariamente em Poços de Caldas (18 hectares), em São Luís (1.800 hectares) e em Tubarão (12 hectares) – este, em fase de implementação.

Essas áreas servem como laboratórios para o estudo da fauna e da flora e a integração com o meio ambiente. Nos locais são promovidas palestras, oficinas de educação ambiental para crianças, projetos com universidades e passeios monitorados. Em 2012, os parques ambientais receberam 13.498 visitantes.

**Reabilitação de áreas mineradas**

Operando em ambientes sensíveis, como as localidades de mineração em Juruti (Região Amazônica) e Poços de Caldas (Mata Atlântica), a Alcoa demonstra a viabilidade em operar minas e trazer de volta a vegetação original, a restauração da paisagem e sua funcionalidade biológica.

Em Juruti, 132 hectares foram restaurados e 44.600 mudas foram plantadas. Na mina será implantado um Plano de Ação para a Biodiversidade (PAB) como projeto piloto em 2013, e a intenção é replicar às demais unidades de negócio. Em Poços de Caldas, a identificação e o reconhecimento de que as gramíneas nativas (vegetação local) eram parte do bioma Mata Atlântica foram essenciais para implementar uma tecnologia de reabilitação de alto nível. Sementes de *Aristida sp* (capim nativo) foram introduzidas na área minerada, promovendo uma colonização e a cobertura vegetal natural.

# PERSPECTIVAS

**O alumínio é o metal que apresenta a maior taxa de crescimento e demanda de consumo no mundo, mas, mesmo assim, as empresas que participam do negócio têm obtido parcos resultados financeiros, o que compromete a capacidade de reinvestimentos. Os grandes países produtores, particularmente a China, seguem aumentando o potencial de fabricação e acabam criando um estoque elevado que deprime os preços. O mercado de energia, por outro lado, enfrenta uma demanda crescente, aliada a uma série de limitações que restringem a oferta e contribuem para o aumento gradativo de seu custo. Essa dinâmica estreita a margem econômica, colocando a própria indústria em xeque.**

**A expectativa no Brasil em 2012 era de uma evolução positiva em relação ao preço da energia e aos objetivos da reestruturação do setor (modicidade tarifária e aumento da competitividade), um cenário que ainda não se concretizou. Porém, mesmo com as dificuldades, a empresa continua mantendo um posicionamento ativo no diálogo com o Poder Público, além de buscar cada vez mais segurança, eficiência e otimização em seus processos, desde a mineração de bauxita, com mecanismos inovadores de reabilitação de áreas mineradas, até a autogeração de energia, por meio de hidrelétricas.**

**As perspectivas da Alcoa são promissoras. O objetivo da empresa é aperfeiçoar cada vez mais suas práticas de sustentabilidade, como forma de gerar benefícios de longo prazo a acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e comunidades onde atua. Neste sentido prepara-se para adotar em 2013 a norma internacional ISO 26000, de responsabilidade social corporativa. E deve continuar antecipando o cumprimento das metas internas e mundiais, com ações estruturadas nas áreas de governança, ambiental, social e econômica, para o bom desempenho da empresa e a sua sustentabilidade em longo prazo.**

## Reduzindo as emissões

Em 2012, a Alcoa atingiu 24% de redução da intensidade de emissões (emissões por tonelada métrica de produto) na unidade de negócio de Produtos Primários (Refinaria e Redução), se comparado ao ano-base de 2005. Esse resultado foi obtido em decorrência dos esforços dos funcionários e do aprimoramento dos nossos processos produtivos. Tendo em vista a redução das emissões de GEE, em 2012 foi possível atingir a diminuição de 30% das emissões de PFC (gases causadores do efeito estufa gerados principalmente no processo de Redução nas indústrias de alumínio) na Alumar – em comparação a 2010 – e de 63% em Poços de Caldas. A substituição do óleo combustível pelo gás natural nas refinarias de Poços de Caldas viabilizou uma queda de 36% das emissões diretas de $CO_2$, na comparação entre os anos de 2005 e 2011.

| **Intensidade de emissões Operações de Primários** ($tCO_2e/t$) | |
|---|---|
| 2005 | 4,50 |
| 2011 | 3,99 |
| 2012 | 3,40 |
| Meta 2020 | 3,60 |
| Meta 2030 | 3,15 |

## Água

Em 2012, a operação de Primários aumentou a sua intensidade de consumo de água (consumo dividido pela produção) em 9% em relação a 2011, em decorrência da redução das chuvas – fator que levou a empresa utilizar mais água nas operações – e da queda de produção. Em relação ao ano-base (2005), a intensidade reduziu 18% em Primários, 52% na Refinaria e 8% na Redução.

| **Intensidade do consumo de água ($m^3/t$) Operações de Primários Brasil** | |
|---|---|
| 2005 | 6,16 |
| 2011 | 4,60 |
| 2012 | 5,03 |
| Meta 2020 | 5,54 |
| Meta 2030 | 4,62 |

*As operações de Primários correspondem à parcela mais significativa do consumo de água das operações da Alcoa no Brasil.*

## Parceria que gera valor ao negócio

A Alcoa, em conjunto com a Ambev, desenvolve um projeto para reaproveitar, nas operações de refinaria da Alumar, parte dos 3.100 $m^3$ de água que a cervejaria trata em sua Estação de Tratamento de Efluentes Industriais e descarta no Rio Pedrinhas, no Maranhão. Com isso, em dezembro de 2012, a unidade deixou de consumir, por dia, mais de 2100 $m^3$ de água.

**MODELO JURUTI SUSTENTÁVEL**

A Alcoa busca promover o desenvolvimento sustentável de Juruti (PA), onde opera uma mina de bauxita, por meio do tripé: Conselho Juruti Sustentável (Conjus), Fundo Juruti Sustentável (Funjus) e indicadores de sustentabilidade.
Em 2012, a empresa aplicou mais de R$ 1 milhão no Funjus, com o objetivo de constituir a base para o Fundo Semipatrimonial e fomentar novos projetos e parcerias, com o engajamento da prefeitura e de organizações civis do município. Um dos destaques em 2012 foi o investimento no fundo feito pelo Probio (Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II), por meio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).
O Conjus construiu seu manual de procedimentos operacionais e administrativos e desenvolveu novos planos de ação e metas com base na edição atualizada dos Indicadores de Juruti, cuja gestão foi incorporada pela prefeitura.

## Agenda positiva

Em outubro de 2012, foi inaugurado o Hospital 9 de Abril de Juruti, como parte da agenda positiva assinada em 2007. O hospital integra outros serviços de saúde da cidade (públicos e privados) e oferece assistência médica de alto nível para os funcionários da Alcoa e para a população de Juruti.

# ALCOA ALUMÍNIO S.A.

CNPJ/MF 23.637.697/0001-01

## Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 acompanhadas das Notas Explicativas. A Diretoria está a disposição dos senhores Acionistas para as informações que julgarem necessárias.

Poços de Caldas, 28 de março de 2013.

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

| Ativo | Controladora 2012 | Controladora 2011 (Reapresentado) (Nota 2.21) | Consolidado 2012 | Consolidado 2011 (Reapresentado) (Nota 2.21) |
|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 337.794 | 109.307 | 392.363 | 124.477 |
| Contas a receber (Nota 7) | 150.725 | 168.069 | 150.742 | 168.099 |
| Estoques (Nota 8) | 343.543 | 344.918 | 343.543 | 344.918 |
| Transações com partes relacionadas (Nota 17) | 8.283 | 68.581 | 13.630 | 65.478 |
| Créditos fiscais a compensar (Nota 10) | 12.459 | 19.855 | 12.459 | 24.406 |
| Dividendos a receber | 19.543 | 24.813 | 7.105 | 3.913 |
| Derivativo embutido em contrato (Nota 9) | 46.941 | 44.299 | 46.941 | 44.299 |
| Outros ativos | 17.956 | 27.395 | 19.525 | 31.568 |
| | 937.244 | 807.237 | 986.308 | 807.158 |
| Não circulante | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | |
| Depósitos judiciais | 9.921 | 35.688 | 10.740 | 36.514 |
| Créditos fiscais a compensar (Nota 10) | 58.963 | 87.627 | 148.318 | 176.247 |
| Derivativo embutido em contrato (Nota 9) | 9.346 | 46.893 | 9.346 | 46.893 |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos (Nota 20(a)) | 683.914 | 554.289 | 684.755 | 554.579 |
| Outros ativos | 41 | 43 | 74 | - |
| | 762.185 | 724.540 | 853.233 | 814.233 |
| Investimentos em controladas (Nota 11(a)) | 1.576.902 | 1.517.893 | - | - |
| Investimento em coligadas (Nota 11(b)) | 4.298.477 | 4.181.991 | 4.298.477 | 4.181.991 |
| Imobilizado (Nota 13) | 1.633.887 | 1.613.434 | 3.107.624 | 3.032.785 |
| Intangível (Nota 14) | 19.440 | 19.085 | 21.428 | 21.113 |
| | 8.290.891 | 8.056.943 | 8.280.762 | 8.050.122 |
| Total do ativo | 9.228.130 | 8.864.180 | 9.267.070 | 8.857.280 |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Controladora 2012 | Controladora 2011 | Consolidado 2012 | Consolidado 2011 (Reapresentado) (Nota 2.21) |
|---|---|---|---|---|
| Circulante | | | | |
| Fornecedores (Nota 15) | 239.847 | 251.713 | 256.810 | 257.439 |
| Obrigações tributárias e trabalhistas | 108.783 | 91.381 | 150.317 | 104.620 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | 59.936 | 210.908 | 59.936 | 210.908 |
| Derivativo embutido em contrato (Nota 9) | 42.441 | 43.540 | 42.441 | 43.540 |
| Transações com partes relacionadas (Nota 17) | 60.161 | 84.540 | 34.378 | 55.950 |
| Provisão para contingências (Nota 18) | 31.750 | 33.820 | 33.189 | 34.498 |
| Provisão para restauração ambiental | 3.147 | 3.839 | 3.147 | 3.839 |
| Outros passivos | 26.886 | 34.868 | 28.963 | 33.922 |
| | 572.951 | 754.609 | 609.181 | 744.716 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 16) | 872.260 | 1.083.980 | 872.260 | 1.083.980 |
| Derivativo embutido em contrato (Nota 9) | 9.347 | 38.183 | 9.347 | 38.183 |
| Transações com partes relacionadas (Nota 17) | 2.159.871 | 2.338.615 | 2.159.871 | 2.338.615 |
| Provisão para restauração ambiental | 62.260 | 42.398 | 64.006 | 44.451 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20(a)) | - | 8.803 | - | 8.803 |
| Outros passivos | 15.070 | 15.867 | 16.030 | 16.803 |
| Total do passivo | 3.118.808 | 3.527.846 | 3.151.514 | 3.530.835 |
| Patrimônio líquido (Nota 19) | | | | |
| Capital social | 4.345.346 | 3.340.499 | 4.345.346 | 3.340.499 |
| Reservas de capital | 17.941 | 16.153 | 17.941 | 16.153 |
| Reserva de lucros | 1.173.084 | 1.225.073 | 1.173.084 | 1.225.073 |
| | 5.536.371 | 4.581.725 | 5.536.371 | 4.581.725 |
| Participação dos não controladores | - | - | 4 | 4 |
| Total do patrimônio líquido | 5.536.371 | 4.581.725 | 5.536.375 | 4.581.729 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 9.228.130 | 8.864.180 | 9.267.070 | 8.857.280 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

| | Controladora | | | | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Reservas de capital | Reservas de lucros | | | | | | | |
| | Capital social | Prêmio de opções de ações | Incentivos fiscais | Legal | Para investimentos | Lucros acumulados | Total | Participação dos não controladores | Total do patrimônio líquido |
| **Em 31 de dezembro de 2010** | 1.332.758 | 13.242 | 80.915 | 139.026 | 1.129.123 | - | 2.695.064 | 3 | 2.695.067 |
| Total de contribuições aos acionistas e distribuições aos acionistas | | | | | | | | | |
| Integralização de capital (Nota 19(a)) | 2.007.741 | - | - | - | - | - | 2.007.741 | - | 2.007.741 |
| Prêmio de opção de ações | - | 2.911 | - | - | - | - | 2.911 | - | 2.911 |
| Dividendos prescritos de não controladores | - | - | - | - | 48 | - | 48 | - | 48 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | (124.039) | (124.039) | 1 | (124.038) |
| Realização de reservas para investimentos | - | - | - | - | (124.039) | 124.039 | - | - | - |
| **Em 31 de dezembro de 2011** | 3.340.499 | 16.153 | 80.915 | 139.026 | 1.005.132 | - | 4.581.725 | 4 | 4.581.729 |
| Total de contribuições aos acionistas e distribuições aos acionistas | | | | | | | | | |
| Integralização de capital (Nota 19(a)) | 1.004.847 | - | - | - | - | - | 1.004.847 | - | 1.004.847 |
| Prêmio de opção de ações | - | 1.788 | - | - | - | - | 1.788 | - | 1.788 |
| Dividendos prescritos de não controladores | - | - | - | - | 19 | - | 19 | - | 19 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | (52.008) | (52.008) | - | (52.008) |
| Realização de reservas para investimentos | - | - | - | - | (52.008) | 52.008 | - | - | - |
| **Em 31 de dezembro de 2012** | 4.345.346 | 17.941 | 80.915 | 139.026 | 953.143 | - | 5.536.371 | 4 | 5.536.375 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Controladora 2012 | Controladora 2011 (Reapresentado) (Nota 2.21) | Consolidado 2012 | Consolidado 2011 (Reapresentado) (Nota 2.21) |
|---|---|---|---|---|
| Receita (Nota 21) | 2.614.489 | 2.457.686 | 2.615.886 | 2.363.928 |
| Custo das vendas (Nota 22) | (2.391.592) | (2.188.225) | (2.257.049) | (2.051.699) |
| **Lucro bruto** | 222.897 | 269.461 | 358.837 | 312.229 |
| Despesas administrativas (Nota 22) | (359.927) | (276.742) | (381.423) | (286.573) |
| Despesas com vendas (Nota 22) | (43.344) | (36.096) | (43.344) | (36.108) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 23) | 1.061 | 99.272 | 789 | 99.339 |
| Participação nos lucros de controladas (Nota 11(a)) | 78.089 | 24.261 | - | - |
| **Lucro (prejuízo) operacional** | (101.224) | 80.156 | (65.141) | 88.887 |
| Receitas financeiras (Nota 24) | 61.617 | 33.916 | 63.619 | 36.351 |
| Despesas financeiras (Nota 24) | (269.803) | (354.201) | (269.864) | (354.353) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 24) | 22.452 | 4.700 | 22.595 | 4.620 |
| **Despesas financeiras, líquidas** | (185.734) | (315.585) | (183.650) | (313.382) |
| Participação nos lucros de coligadas (Nota 11(b)) | 95.487 | 24.016 | 95.487 | 24.016 |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** | (191.471) | (211.413) | (153.304) | (200.479) |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 20(d)) | 139.463 | 87.374 | 101.296 | 76.441 |
| **Prejuízo do exercício** | (52.008) | (124.039) | (52.008) | (124.038) |
| Atribuível a | | | | |
| Acionistas da Companhia | - | - | (52.008) | (124.039) |
| Participação dos não controladores | - | - | - | 1 |
| | (52.008) | (124.039) | (52.008) | (124.038) |
| Ações do capital social no final do exercício - milhares (Nota 19) | 17.527 | 14.237 | 17.527 | 14.237 |
| Prejuízo médio por ação do capital social no exercício - R$. | (3,32) | (11,55) | (3,32) | (11,55) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Demonstração dos fluxos de caixa

**Exercícios findos em 31 de dezembro** - Em milhares de reais

| | Controladora 2012 | Controladora 2011 | Consolidado 2012 | Consolidado 2011 (Reapresentado) (Nota 2.21 |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social** | (191.471) | (211.413) | (153.304) | (200.479) |
| **Ajustes** | | | | |
| Depreciação e amortização | 150.217 | 172.413 | 191.109 | 187.674 |
| Provisões | 19.362 | (12.393) | 18.780 | (11.906) |
| Reversão da provisão a valor justo de ativos e passivos mantidos para venda | - | (56.089) | - | (56.089) |
| Prêmio de opção de ações | 2.807 | 2.911 | 2.807 | 2.911 |
| Resultado na venda de ativos | (437) | (130) | (437) | (130) |
| Equivalência patrimonial | (173.576) | (48.277) | (95.487) | (24.016) |
| Marcação a mercado dos derivativos embutidos | 4.970 | (64.480) | 4.970 | (64.480) |
| Juros capitalizados | (7.563) | (67.338) | (7.563) | (67.338) |
| Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas | 234.899 | 110.791 | 234.366 | 144.486 |
| | 39.208 | (174.005) | 195.241 | (89.367) |
| Variações no capital circulante | | | | |
| Contas a receber | 17.344 | (40.865) | 17.357 | (40.359) |
| Estoques | 1.375 | (52.299) | 1.375 | (52.299) |
| Partes relacionadas (ativo e passivo) | (5.734) | (38.675) | (5.451) | (47.742) |
| Outros ativos operacionais | 68.300 | 1.473 | 29.969 | 17.232 |
| Fornecedores | (11.866) | 47.086 | (629) | 41.050 |
| Obrigações tributárias e trabalhistas | 17.402 | 3.847 | 45.697 | 3.163 |
| Contas a pagar e provisões | (8.744) | (17.038) | (5.450) | (15.908) |
| **Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais** | 117.285 | (270.476) | 278.109 | (184.230) |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | | | |
| Aquisição de ativos | (177.157) | (253.323) | (262.069) | (354.005) |
| Recebimentos por vendas de ativos | 1.702 | 2.599 | 1.702 | 2.599 |
| Caixa líquido utilizado no aporte em investidas | (47.777) | (196.345) | (41.294) | (149.913) |
| Dividendos recebidos | 64.269 | 4.113 | 21.268 | 4.113 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | (158.963) | (442.956) | (280.393) | (497.206) |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamentos** | | | | |
| Integralização de capital (aporte realizado pela controladora) | 1.004.847 | 2.007.741 | 1.004.847 | 2.007.741 |
| Empréstimos tomados de instituições financeiras | 190.367 | 50.726 | 190.367 | 50.726 |
| Pagamentos de empréstimos a instituições financeiras | (556.045) | (1.193.197) | (556.045) | (1.184.865) |
| Juros pagos por empréstimos a instituições financeiras | (88.453) | (114.327) | (88.448) | (114.327) |
| Empréstimos liberados a partes relacionadas | (513.526) | - | (513.526) | - |
| Recebimento de empréstimos com partes relacionadas | 390.178 | 35.536 | 390.178 | - |
| Juros pagos por empréstimos a partes relacionadas | (157.203) | - | (157.203) | - |
| **Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento** | 270.165 | 786.479 | 270.170 | 759.275 |
| **Aumento do caixa e equivalentes de caixa** | 228.487 | 73.047 | 267.886 | 77.839 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)** | 109.307 | 36.260 | 124.477 | 46.638 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 6)** | 337.794 | 109.307 | 392.363 | 124.477 |

| | Controladora e Consolidado Reclassificação do estorno dos ativos e passivos não circulantes mantidos para venda (Reapresentado) |
|---|---|
| **Itens de reclassificação entre contas do balanço patrimonial que não afetaram caixa em 2011** | |
| Contas a receber | (41.648) |
| Estoques | (42.083) |
| Outros ativos | (1.837) |
| Ativos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda | 212.720 |
| Imobilizado | (114.290) |
| Intangível | (12.863) |
| Fornecedores | 15.716 |
| Obrigações tributárias e trabalhistas | 4.438 |
| Provisão para contingências | 1.399 |
| Provisão para restauração ambiental | 90 |
| Outros passivos | 2.672 |
| Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda | (24.314) |
| | - |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve atividades de investimento ou financiamento que não envolveram caixa.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais**

As atividades da Alcoa Alumínio S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo"), concentram-se na fabricação e comercialização de alumina, alumínio, pó de alumínio, laminados e extrudados de alumínio, produtos químicos, direcionados aos mercados externo e interno.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais. A Alcoa Inversiones España S.L. (Espanha) possui 99,89% do seu capital social e esta sociedade é uma subsidiária integral da Alcoa Inc. (Estados Unidos). A Companhia, em conjunto com sociedades ligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta um capital circulante líquido positivo no montante de R$ 364.293 (de R$ 52.628 em 2011). A administração avalia que a capacidade de geração de caixa da Companhia permite a renovação dos empréstimos de curto prazo ou a troca para linhas de crédito de longo prazo, se necessário.

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Alcoa Alumínio S.A. foi autorizada pela diretoria em 26 de março de 2013.

**2 Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros de derivativos embutidos em contrato, mensurados ao valor justo (*fair value*).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

**(b) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são apresentadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

**2.2 Consolidação**

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

**(i) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

**(ii) Transações e participações não controladoras**

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável, relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

**(iii) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

O ágio, de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de uma investida e seu patrimônio líquido no momento da aquisição. O ágio de aquisições de coligadas é registrado como "Investimento". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

**(b) Demonstrações financeiras individuais**

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

**2.3 Conversão de moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual ela atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas investidas.

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com o contas a receber, contas a pagar e de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

Os demais ganhos e perdas cambiais representados principalmente pelo caixa e equivalentes de caixa e empréstimos estão demonstrados como "Variações monetárias e cambiais, líquidas".

**2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

**2.5 Ativos financeiros**

**2.5.1 Classificação**

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge,* o que não é aplicável para a companhia na data do fechamento destas demonstrações financeiras. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

**(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

**2.5.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em receitas ou despesas financeiras no período em que ocorrem.

**2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros**

O Grupo avalia na data do balanço, se existe evidência objetiva de perda (*impairment*) em algum ativo financeiro ou em algum grupo de ativos financeiros.

O teste de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.7.

**2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As mudanças no valor justo dos derivativos que não se qualificam para a contabilização como instrumentos de *hedge* são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Quando aplicável, o Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Em 2004, foi renovado o contrato de compra de energia com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte por um período de 20 anos para suprimento da parcela da Companhia no Consórcio Alumar (Nota 12). Este contrato indexa parcialmente (20%) o preço da energia comprada ao *London Metal Exchange* (LME) e a parcela remanescente ao Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

O ajuste de preço pela LME é um derivativo embutido de acordo com o CPC 38 - "Instrumentos Financeiros" e deve ser contabilizado separamente. O derivativo embutido é uma opção de compra acordado pela Companhia junto à Eletronorte. As opções estão limitadas a dois anos devido a possibilidade da Companhia de terminar o contrato com um aviso prévio de 24 meses. No início, cada nova opção é registrada no passivo em contrapartida ao ativo pelo seu valor de mercado. Posteriormente, as opções são marcadas a mercado em contrapartida a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 24). O ativo e o passivo são baixados contra a mesma rubrica no vencimento de cada opção.

Atualmente a planta da Alumar é abastecida por autogeração e um contrato de longo prazo de suprimento de energia com a Eletronorte com vencimento original em 2024. A Eletronorte tem fornecido energia para a Alumar desde o inicio de suas operações em 1984. Em 2004 foi renovado o contrato por mais 20 anos para fornecimento de 463 MW. Desde 2006 parte da energia da Alumar provem de autogeração. Com o início das operações do consórcio Estreito , o Contrato da Eletronorte foi reduzido de 463MW para 263MW em março de 2011, e uma nova redução de 263MW para 203MW será realizada em janeiro de 2014, considerando a energia gerada pela investida Serra do Facão Energia S.A. Além disso, em março de 2012, a Eletronorte foi notificada pela companhia a antecipar o vencimento do contrato para março de 2014.

**2.7 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) (*impairment)*.

Os programas de *vendor* são contabilizados como venda, após atingidas determinadas condições, sendo que nessa situação os respectivos recebíveis não são excluídos das demonstrações financeiras, uma vez que o valor recebido da instituição financeira é reconhecido como empréstimo até a liquidação do ativo. O desconto financeiro, que representa a diferença entre o valor recebido e o valor do crédito na data da cessão, é apropriado ao resultado na conta de despesas financeiras no momento da transação por regime de competência.

**2.8 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método do custo médio de avaliação dos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

**2.9 Ativos intangíveis**

**(a) Marcas registradas e patentes**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

**(b) *Softwares***

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de três a dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software,* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

**2.10 Imobilizado**

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | Anos |
|---|---|
| Edificações e benfeitorias | 5 a 20 |
| Equipamentos e instalações | 10 a 50 |
| Veículos | 5 a 8 |
| Móveis e utensílios | 5 a 10 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 23) na demonstração do resultado.

**2.11 *Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment.* Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**2.12 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**2.13 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**2.14 Provisões**

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe

| | 2011 Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| *(...continuação)* | Originalmente apresentado | Ajustes (Desconsolidação SEFAC) | Reapresentado |
| **Não Circulante** | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Depósitos judiciais | 36.514 | - | 36.514 |
| Créditos fiscais a compensar | 186.338 | (10.091) | 176.247 |
| Derivativos embutidos em contrato | 46.893 | - | 46.893 |
| Tributos diferidos | 554.976 | (397) | 554.579 |
| Outros ativos | 23.694 | (23.694) | - |
| Investimentos em coligadas | 3.965.902 | 216.089 | 4.181.991 |
| Imobilizado | 3.425.600 | (392.815) | 3.032.785 |
| Intangivel | 21.113 | - | 21.113 |
| | 8.261.030 | (210.908) | 8.050.122 |
| **Total do Ativo** | 9.101.410 | (244.130) | 8.857.280 |

| | 2011 Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO** | Originalmente apresentado | Ajustes (Desconsolidação SEFAC) | Reapresentado |
| **Passivo Circulante** | | | |
| Fornecedores | 263.784 | (6.345) | 257.439 |
| Obrigacoes tributárias e trabalhistas | 105.266 | (646) | 104.620 |
| Empréstimos e financiamentos | 240.664 | (29.756) | 210.908 |
| Derivativos embutidos em contrato | 43.540 | - | 43.540 |
| Transações com partes relacionadas | 79.582 | (23.632) | 55.950 |
| Provisão para contingências | 35.413 | (915) | 34.498 |
| Provisão para restauração ambiental | 3.839 | - | 3.839 |
| Outros passivos | 37.689 | (3.767) | 33.922 |
| | 809.777 | (65.061) | 744.716 |
| **Passivo não Circulante** | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 1.261.947 | (177.967) | 1.083.980 |
| Derivativos embutidos em contrato | 38.183 | - | 38.183 |
| Transações com partes relacionadas | 2.338.615 | - | 2.338.615 |
| Provisão para restauração ambiental | 45.553 | (1.102) | 44.451 |
| Tributos diferidos | 8.803 | - | 8.803 |
| Outros passivos | 16.803 | - | 16.803 |
| | 3.709.904 | (179.069) | 3.530.835 |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social | 3.340.499 | - | 3.340.499 |
| Reservas de capital | 16.153 | - | 16.153 |
| Reserva de lucros | 1.349.112 | - | 1.349.112 |
| Lucros/Prejuízos acumulados | (124.039) | - | (124.039) |
| | 4.581.725 | - | 4.581.725 |
| Participação dos não controladores | 4 | - | 4 |
| | 4.581.729 | - | 4.581.729 |
| **Total do Passivo** | 9.101.410 | (244.130) | 8.857.280 |

**b) Conciliação do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2011**

| | 2011 Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | Originalmente apresentado | Ajustes (Desconsolidação SEFAC) | Reapresentado |
| **Receita Líquida** | **2.442.322** | **(78.394)** | **2.363.928** |
| (-) Custo das vendas | (2.103.413) | 51.714 | (2.051.699) |
| **Lucro Bruto** | **338.909** | **(26.680)** | **312.229** |
| Despesas administrativas | (288.346) | 1.773 | (286.573) |
| Despesa com vendas | (36.108) | - | (36.108) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 99.339 | - | 99.339 |
| **Lucro (Prejuízo) operacional financeiro e das participações societárias** | **113.794** | **(24.907)** | **88.887** |
| **Resultado Financeiro:** | | | |
| Receitas financeiras | 39.751 | (3.400) | 36.351 |
| Despesas financeiras | (374.352) | 19.999 | (354.353) |
| Variações monetárias e cambiais, Líquidas | 4.620 | - | 4.620 |
| | **(329.981)** | **16.599** | **(313.382)** |
| Participação nos lucros de coligadas | 18.561 | 5.455 | 24.016 |
| **Prejuízo antes dos impostos** | **(197.626)** | **(2.853)** | **(200.479)** |
| Imposto de renda e contribuição social | 73.588 | 2.853 | 76.441 |
| **Prejuízo do exercício** | **(124.038)** | **-** | **(124.038)** |
| Atribuível à: | | | |
| Acionistas da Companhia | **(124.039)** | **-** | **(124.039)** |
| Participação dos não controladores | 1 | - | 1 |
| | **(124.038)** | **-** | **(124.038)** |
| Ações do capital social no final do exercício - milhares | 14.237 | - | 14.237 |
| Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício - R$ | **(11,55)** | - | **(11,55)** |

**c) Conciliação do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2011**

| | 2011 Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | Originalmente apresentado | Ajustes (Desconsolidação SEFAC) | Reapresentado |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social** | (197.626) | (2.853) | (200.479) |
| **Ajustes** | | | |
| Depreciação e amortização | 194,034 | (6.360) | 187.674 |
| Provisões | (11.821) | (85) | (11.906) |
| Reversão da provisão a valor justo de ativos mantidos para venda | (56,089) | - | (56.089) |
| Prêmio de opção de ações | 2.911 | - | 2.911 |
| Resultado na venda de ativos | (130) | - | (130) |
| Equivalência patrimonial | (26.104) | 2.088 | (24.016) |
| Marcação a mercado dos derivativos embutidos | (64.480) | - | (64.480) |
| Juros capitalizados | (67.338) | - | (67.338) |
| Juros, variações monetárias e cambiais (líquidas) | 160.874 | (16.388) | 144.486 |
| | (65.769) | (23.598) | (89.367) |
| Redução (aumento) nos ativos e passivos | | | |
| No contas a receber | (41.634) | 1,275 | (40.359) |
| Nos estoques | (52.299) | - | (52,299) |
| Em transações com partes relacionadas (ativo e passivo) | (47.930) | 188 | (47.742) |
| Em outros ativos operacionais | 528 | 16.704 | 17.232 |
| Em fornecedores | 40.932 | 118 | 41.050 |
| Em obrigações tributárias e trabalhistas | 7.451 | (4.288) | 3.163 |
| Em contas a pagar e provisões | (15.387) | (521) | (15.908) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais** | (174.108) | (10.122) | (184.230) |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (365.072) | 11.067 | (354.005) |
| Recebimentos por vendas de ativos | 2.599 | - | 2.599 |
| Caixa líquido utilizado no aporte em subsidiária | (113.045) | (36.868) | (149.913) |
| Dividendos recebidos e (pagos) | (3.587) | 7.700 | 4.113 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | (479.105) | (18.101) | (497.206) |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamentos** | | | |
| Aumento de capital | 2.007.741 | - | 2.007.741 |
| Empréstimos tomados de instituições financeiras | 50.726 | - | 50.726 |
| Pagamentos de empréstimos a instituições financeiras | (1.198.851) | 13.986 | (1.184.865) |
| Juros pagos por empréstimos a instituições financeiras | (122.887) | 8.560 | (114.327) |
| **Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento** | 736.729 | 22.546 | 759.275 |
| **Redução do caixa e equivalentes de caixa** | 83.516 | (5.677) | 77.839 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)** | 57.548 | (10.910) | 46.638 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)** | 141.064 | (16.587) | 124.477 |

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:

(a) provisões para contingências;
(b) imposto de renda e contribuição social diferidos ativos;
(c) valor justo dos derivativos embutidos em contrato.
(d) impacto de *impairment* em investidas

**4 Gestão de risco financeiro**

**4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela matriz (Alcoa Inc). A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

**(a) Risco de mercado**

**(i) Risco cambial**

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

Considerando os ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro de 2012, se o real tivesse se desvalorizado 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o prejuízo do exercício após o cálculo do imposto de renda e contribuição social teria um decréscimo de R$ 10.372 (2011 - um acréscimo de R$ 6.331), principalmente em decorrência de perdas cambias sobre a conversão de empréstimos e outros passivos denominados em dólares.

O preço de venda das mercadorias e produtos é substancialmente atrelado a cotação vigente da *London Metal Exchange* (LME) denominado em dólar dos Estados Unidos. Portanto, oscilações de cotação e do dólar dos Estados Unidos, impactam diretamente as receitas da Companhia, e consequentemente o seu resultado.

Eventualmente, o Grupo também contrata operações de *Non-Deliverable Foward* (NDF) para proteger a exposição cambial de transações específicas.

**(ii) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2012 e 2011, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em dólares dos Estados Unidos.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usado o mesmo percentual de mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos e ativos que representam as principais posições com juros.

Durante o exercício findo em 2012, se as taxas de juros sobre os empréstimos aumentassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o prejuízo do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria aumento de R$ 5.876 (2011 - R$ 6.130), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas nos empréstimos de taxa variável.

**(iii) Risco de valor justo do derivativo embutido**

Conforme descrito na Nota 9, a Companhia possui um contrato de compra de energia indexado parcialmente à LME, que se enquadra na definição de derivativo embutido que deve ser contabilizado separadamente de acordo com o CPC 38 - "Instrumentos Financeiros".

Em 2012 e 2011, a Companhia optou por não se proteger do risco de valor justo do derivativo embutido causado pela marcação a mercado das opções acordadas.

De acordo com a posição de 31 de dezembro de 2012, uma valorização de 10% no prêmio da LME, aumentaria o prejuízo do exercício após o cálculo do imposto de renda e contribuição social em R$ 3.367 (2011 - R$ 4.457).

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites predefinidos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e compilada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, exigências regulatórias externas ou legais, se aplicável - por exemplo, restrições de moeda.

Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, o Grupo conta com o apoio imediato da matriz. Assim, além das linhas de crédito disponíveis, o Grupo pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo apresentou capital circulante líquido positivo de R$ 364.293 (de R$ 52.628 em 2011). O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o grupo de tesouraria. O grupo de tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

| | Controladora | | |
|---|---|---|---|
| | Menos de um ano | Entre um e três anos | Acima de três anos |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | |
| Empréstimos | 59.936 | 114.428 | 759.176 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 60.161 | - | 2.159.871 |
| Garantias financeiras | 9.396 | 24.697 | 47.271 |
| Em 31 de dezembro de 2011 | | | |
| Empréstimos | 210.908 | 479.518 | 606.051 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 84.540 | - | 2.338.615 |
| Garantias financeiras | 12.682 | 26.272 | 46.327 |
| | **Consolidado** | | |
| | Menos de um ano | Entre um e três anos | Acima de três anos |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | |
| Empréstimos | 59.936 | 114.428 | 759.176 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 34.378 | - | 2.159.871 |
| Garantias financeiras | 9.396 | 24.697 | 47.271 |
| Em 31 de dezembro de 2011 | | | |
| Empréstimos | 210.908 | 479.518 | 606.051 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 55.950 | - | 2.338.615 |
| Garantias financeiras | 12.682 | 26.272 | 46.327 |

As garantias financeiras representam garantias de passivos de investidas, e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

**4.2 Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment),* estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Na data das demonstrações financeiras, o Grupo não possuía instrumentos financeiros mensurados pelos critérios acima, com exceção do derivativo embutido e caixa e equivalente de caixa (Nota 6) que se enquadra no nível 2.

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Empréstimos e recebíveis | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Total | Empréstimos e recebíveis | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Total |
| 31 de dezembro de 2012 | | | | | | |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | | | | |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados. | 176.964 | - | 176.964 | 183.899 | - | 183.899 |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 337.794 | 337.794 | - | 392.363 | 392.363 |
| | 176.964 | 337.794 | 514.758 | 183.899 | 392.363 | 576.262 |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total | Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total |
| 31 de dezembro de 2012 | | | | | | |
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | | | | | |
| Empréstimos | - | 933.625 | 933.625 | - | 933.625 | 933.625 |
| Derivativo embutido | 51.788 | - | 51.788 | 51.788 | - | 51.788 |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | - | 2.459.879 | 2.459.879 | - | 2.451.059 | 2.451.059 |
| | 51.788 | 3.393.504 | 3.445.292 | 51.788 | 3.384.684 | 3.436.472 |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Empréstimos e recebíveis | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Total | Empréstimos e recebíveis | Ativos ao valor justo por meio do resultado | Total |
| 31 de dezembro de 2011 | | | | | | |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | | | | |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados. | 262.239 | 57.901 | 320.140 | 265.145 | 58.727 | 323.872 |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 109.307 | 109.307 | - | 124.477 | 124.477 |
| | 262.239 | 167.208 | 429.447 | 265.145 | 183.204 | 448.349 |

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total | Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado | Outros passivos financeiros | Total |
| 31 de dezembro de 2011 | | | | | | |
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | | | | | |
| Empréstimos | - | 1.296.682 | 1.296.682 | - | 1.296.682 | 1.296.682 |
| Derivativo embutido | 81.723 | - | 81.723 | 81.723 | - | 81.723 |
| Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais | - | 2.674.868 | 2.674.868 | - | 2.652.004 | 2.652.004 |
| | 81.723 | 3.971.550 | 4.053.273 | 81.723 | 3.948.686 | 4.030.409 |

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Caixa e bancos | 12.645 | 22.507 | 19.661 | 29.184 |
| Depósito interbancário internacional | 250.777 | 2.977 | 250.778 | 2.977 |
| Certificados de depósitos bancários | 74.372 | 83.823 | 121.924 | 92.316 |
| | 337.794 | 109.307 | 392.363 | 124.477 |

Em 31 de dezembro de 2012, caixa e equivalentes de caixa incluíam substancialmente saldo de caixa e banco, complementados com certificados de depósitos bancários pós-fixados, denominados em reais e dólares dos Estados Unidos, com alto índice de liquidez de mercado, vencimentos não superiores a 90 dias e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os certificados de depósitos bancários são remunerados em aproximadamente 88% do CDI.

**7 Contas a receber**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Mercado interno | 157.269 | 164.757 | 157.379 | 164.705 |
| Mercado externo | 18.164 | 28.901 | 18.071 | 28.983 |
| | 175.433 | 193.658 | 175.450 | 193.688 |
| Provisão para *impairment* de contas a receber de clientes | (24.708) | (25.589) | (24.708) | (25.589) |
| | 150.725 | 168.069 | 150.742 | 168.099 |

A provisão para *impairment* está reconhecida em bases consideradas suficientes pela administração para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos.

A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil do contas a receber acima. O Grupo não mantém nenhum título como garantia.

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Em 1º de janeiro | 25.589 | 26.334 |
| Provisão para *impairment* de contas a receber | 1.802 | 1.734 |
| Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis | (2.041) | (2.776) |
| Contas a receber de clientes baixadas por recebimento | (755) | (1.907) |
| Outros | 113 | 2.204 |
| Em 31 de dezembro | 24.708 | 25.589 |

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2012, no consolidado o contas a receber de clientes no montante de R$ 41.148 (2011 - R$ 33.347) estava vencido mas nem todo o saldo estava *impaired*. Os montantes não *impaired* referem-se a clientes sem histórico de inadimplência relevante para os quais a administração considera remoto o risco de não recebimento.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Saldos vencidos | | | | |
| Até três meses | 14.611 | 5.542 | 14.628 | 5.553 |
| De três a seis meses | 761 | 483 | 761 | 483 |
| Acima de seis meses | 25.759 | 27.311 | 25.759 | 27.311 |
| | 41.131 | 33.336 | 41.148 | 33.347 |
| *Impaired* | (24.708) | (25.589) | (24.708) | (25.589) |
| Vencidos e não *impaired* | 16.423 | 7.747 | 16.440 | 7.758 |

**8 Estoques**

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Produtos acabados | 24.235 | 25.003 |
| Produtos em processo | 133.600 | 150.532 |
| Matérias-primas | 100.329 | 85.570 |
| Suprimentos operacionais | 79.820 | 79.598 |
| Outros estoques | 6.165 | 5.290 |
| Provisão para ajustes ao valor de mercado | (606) | (1.075) |
| | 343.543 | 344.918 |

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em "Custos das vendas" totalizou R$ 1.721.940 em 2012 (2011 - R$ 1.813.614).

A Companhia possui compromisso formalizado por contrato de *take or pay* para adquirir 1.472 mil (2011 - 1.017 mil) toneladas métricas anualmente de bauxita da Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN"), estando acordado entre as partes a permissão da variação desta quantidade contratada até 12% a mais ou a 8% menos por opção da Companhia. O preço será calculado com base na cotação do alumínio na Bolsa de Valores de Londres (*London Metal Exchange* (LME)).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia cumpriu com o compromisso acordado com a MRN.

**9 Derivativo embutido em contrato**

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 |
| Ativo circulante | 46.941 | 44.299 |
| Ativo não circulante | 9.346 | 46.893 |
| | 56.287 | 91.192 |
| Passivo circulante | (42.441) | (43.540) |
| Passivo não circulante | (9.347) | (38.183) |
| | (51.788) | (81.723) |
| Derivativo embutido, líquido | 4.499 | 9.469 |

Conforme mencionado na Nota 2.6, o derivativo embutido, registrado na controladora, é uma opção de compra acordada pela Companhia junto à Eletronorte. As opções estão limitadas a dois anos devido a possibilidade da Companhia de terminar o contrato com um aviso prévio de 24 meses. No início, cada nova opção é registrada em contrapartida ao ativo pelo seu valor de mercado. Depois, as opções são marcadas a mercado em contrapartida a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 23). O ativo e o passivo são baixados contra a mesma rubrica no vencimento de cada opção.

**10 Créditos fiscais a compensar**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Antecipação de imposto de renda e contribuição social | 1.479 | 2.685 | 9.068 | 4.553 |
| PIS e COFINS (i) | 41.942 | 37.903 | 123.708 | 129.207 |
| IPI (ii) | 6.517 | 2.539 | 6.517 | 2.539 |
| ICMS (iii) | 25.610 | 70.137 | 25.610 | 70.136 |
| Ajuste a valor presente | (4.126) | (5.782) | (4.126) | (5.782) |
| | 71.422 | 107.482 | 160.777 | 200.653 |
| Circulante | (12.459) | (19.855) | (12.459) | (24.406) |
| Não circulante | 58.963 | 87.627 | 148.318 | 176.247 |

(i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
(ii) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
(iii) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS).

Os créditos de PIS, COFINS e ICMS referem-se substancialmente aos direitos adquiridos sobre aquisições de ativo fixo.

A administração da Companhia possui planos operacionais que garantem a realização da totalidade dos créditos fiscais de longo prazo.

**11 Investimentos em controladas e coligadas**

**(a) Investimentos em sociedades controladas**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Em 1º de janeiro | 1.517.893 | 1.350.623 |
| Integralização de capital em controladas | 6.483 | 83.300 |
| Participação nos lucros de controladas | 78.089 | 24.261 |
| Capitalização de juros de controladas, líquida de amortização | 10.324 | 57.346 |
| Dividendos declarados de controladas | (35.569) | - |
| Outras variações | (318) | 2.363 |
| Em 31 de dezembro | 1.576.902 | 1.517.893 |

| | | | Participações nas ações | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Percentual | |
| Nome | País | Negócio | Direta | Indireta |
| Companhia Geral de Minas (CGM) | Brasil | Mineração | 99,99 | |
| Estreito Energia S.A. | Brasil | Energia | 99,9999 | 0,0001 |
| Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda. | Brasil | Imobiliário | 99,99 | 0,01 |

Segue a participação do Grupo nos resultados das controladas diretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos e passivos:

| | Ativo | Passivo | Receita | Lucro |
|---|---|---|---|---|
| 31 de dezembro de 2012 | | | | |
| Companhia Geral de Minas (CGM) (ii) | 55.479 | (21.355) | 14.779 | 3.487 |
| Estreito Energia S.A. (i) (ii) | 1.358.428 | (56.011) | 181.143 | 74.180 |
| Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii) | 7.548 | (79) | 1.500 | 2.001 |
| 31 de dezembro de 2011 | | | | |
| Companhia Geral de Minas (CGM) (ii) | 60.358 | (27.551) | 16.085 | 5.829 |
| Estreito Energia S.A. (i) (ii) | 1.270.861 | (23.934) | 56.455 | 19.571 |
| Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda. (ii) | 15.335 | (131) | - | 883 |

(i) Estão reconhecidos em 2012 juros capitalizados no montante de R$ 232.892 (2011 - R$ 222.568) na Estreito Energia S.A.

(ii) Foram reconhecidos em 2012 dividendos a receber no montante de R$ 35.569, R$ 25.000 da Estreito Energia S.A., R$ 9.741 da Novo Horizonte Empreendimentos Imobiliários Ltda. e R$ 828 da Companhia Geral de Minas.

**(b) Investimentos em sociedades coligadas**

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Em 1º de janeiro | 4.181.991 | 4.004.931 |
| Integralização de capital em coligadas | 41.294 | 149.913 |
| Participação nos lucros de coligadas | 95.487 | 24.016 |
| Capitalização de juros de coligadas, líquidas de amortização | - | 12.772 |
| Dividendos declarados de coligadas | (18.959) | (4.113) |
| Outras variações no patrimônio de coligadas | (1.336) | (5.528) |
| | 4.298.477 | 4.181.991 |

Segue a participação do Grupo nos resultados das coligadas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

| | | | | | | Percentual de participação (direta e indireta) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome | País | Ativo | Passivo | Receita | Lucro (prejuízo) | |
| 2012 | | | | | | |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (i) | Brasil | 3.400.065 | (198.405) | 398.635 | 24.117 | 45,70 |
| BAESA - Energética Barra Grande S.A. (iv) | Brasil | 553.265 | (233.672) | 119.407 | 41.913 | 42,18 |
| MAESA - Machadinho Energética S.A. (ii) (iii) (iv) | Brasil | 183.835 | (41.403) | 40.165 | 15.998 | 30,99 |
| MRN - Mineração Rio do Norte S.A. (iii) (iv) | Brasil | 175.405 | (119.476) | 78.691 | 8.640 | 10,69 |
| Pai Querê | Brasil | 11.300 | - | - | - | 35,00 |
| Serra do Facão Energia S.A. (i) (ii) (iv) | Brasil | 379.331 | (206.086) | 86.095 | 9.867 | 34,97 |
| 2011 | | | | | | |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (i) | Brasil | 3.252.547 | (117.475) | 410.746 | (29.434) | 45,70 |
| BAESA - Energética Barra Grande S.A. (iv) | Brasil | 570.493 | (273.543) | 121.827 | 28.257 | 42,18 |
| MAESA - Machadinho Energética S.A. (ii) (iii) (iv) | Brasil | 191.136 | (63.447) | 43.591 | 15.481 | 30,99 |
| MRN - Mineração Rio do Norte S.A. (iii) (iv) | Brasil | 129.538 | (78.909) | 62.811 | 3.162 | 10,69 |
| Pai Querê | Brasil | 11.122 | - | - | - | 35,00 |
| Serra do Facão Energia S.A. (i) (ii) (iv) | Brasil | 409.687 | (244.921) | 78.393 | 4.809 | 34,97 |

(i) Estão reconhecidos em 2012 juros capitalizados no montante de R$ 351.842 (2011- R$ 351.999) sendo R$ 302.978 (2011 - R$ 301.631) na AWA Brasil e R$ 48.864 (2011 - R$ 50.368) em Serra do Facão Energia S.A.

(ii) Estão reconhecidos em 2012 as garantias corporativas no montante de R$ 709 (2011 - R$ 1.042) na MAESA (e de R$ 1.342 na Serra do Facão Energia S.A em 2011).

(iii) Estão reconhecidos em 2012 as reclassificações do ágio de intangível para investimento no montante de R$ 41.767 (2011 - R$ 41.767), sendo R$ 21.707 (2011 - R$ 21.707) na Maesa e R$ 20.060 (2011 - R$ 20.060) na MRN.

(iv) Foi reconhecido em 2012 dividendos a receber no valor de R$ 18.959 (2011 R$ 4.113), sendo R$ 3.570 (2011 - R$ 2.977) da MRN, R$ 12.893 (2011 - R$ 268) da BAESA e R$ 152 (2011 - R$ 157) da MAESA e R$ 2.344 (2011 - R$ 711) de Serra do Facão Energia S.A.

**(c) Projeto Minas de Juruti e Expansão**

**Refinaria linha 2 Alumar - Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil")**

A AWA Brasil foi constituída com o objetivo de coordenar as atividades relacionadas com os projetos de expansão do Grupo Alcoa no Brasil.

A concepção inicial do Projeto Integrado e a sua respectiva aprovação pelo Conselho de Administração da Alcoa Inc. contemplou três fases distintas, sendo que a primeira fase do projeto iniciou as suas operações em de 2009, com a previsão inicial de alcançar a sua capacidade total de produção em 2010. No entanto, em 2010 ocorreram incidentes nas operações de expansão da refinaria da Alumar com impacto desfavorável na produção de alumina. Estes incidentes fizeram com que a planta atingisse a sua capacidade produtiva total somente em 2011.

A bauxita utilizada como matéria-prima na nova linha de produção da refinaria é proveniente das minas de bauxita de Juruti. O investimento nas minas de Juruti na primeira fase do projeto é suficiente para fornecer a bauxita necessária para a expansão da refinaria da Alumar. O investimento em Juruti foi uma iniciativa estratégica para permitir que o Grupo Alcoa equilibre mundialmente sua oferta atual e projetada de bauxita. O investimento inicial contemplou, entre outros, a construção da infraestrutura em porto e ferrovia. Futuras expansões na estrutura da mina permitirão o aumento de extração em Juruti em até quatro vezes a capacidade prevista ao final da conclusão da primeira fase do Projeto Integrado.

Em 31 de dezembro de 2012, a investida AWA Brasil possuía prejuízos acumulados de R$ 1.198.575 (2011 - R$ 1.251.177). A administração, de acordo com estimativas e projeções contidas no plano de negócios relacionados com a AWA Brasil, espera que as receitas futuras advindas das operações da AWA Brasil, inclusive com expectativas de expansão futura dos investimentos, serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo, assegurar a realização de seus ativos não circulantes, assim como absorver os prejuízos acumulados da AWA Brasil até 31 de dezembro de 2012.

Os investimentos vêm sendo subsidiados pelos quotistas, que coordenam financeiramente os planos de expansão ocorridos no Brasil. Nesse contexto, a AWA Brasil contará com o apoio de seus quotistas caso exista a necessidade de suporte financeiro adicional para cumprir com obrigações de curto ou longo prazo.

**(d) Projetos hidrelétricos**

A Companhia participou de licitações de concessões para exploração do potencial hidrelétrico existente no País em anos anteriores a fim de aumentar sua autossuficiência de energia e fornecer suprimento assegurado no longo prazo. Juntamente com outras empresas, formou consórcios e sociedades para a construção de hidrelétricas, como segue:

**(i) Projetos hidrelétricos concluídos**

| | | | | Não auditado Consórcio |
|---|---|---|---|---|
| | BAESA | MAESA | SEFAC | Estreito |
| Capacidade total em MW | 690 | 1.140 | 210 | 1.087 |
| Investimento total incorrido | 1.442.604 | 1.177.751 | 1.006.000 | 4.570.298 |
| Participação da Companhia - % | 42,18 | 30,99 | 34,97 | 25,49 |
| Início da construção | 2001 | 1998 | 2007 | 2007 |
| Término da construção | 2005 | 2002 | 2010 | 2012 |

BAESA, MAESA e SEFAC são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo a participação no Consórcio Estreito (CESTE) consolidado proporcionalmente via Estreito Energia S.A..

Todas as licenças ambientais da SEFAC foram obtidas e a operação iniciou-se em julho de 2010. A produção da participação da Companhia está sendo vendida atualmente no mercado.

A Companhia, representada pela controlada Estreito Energia S.A. (EESA), é membro do Consórcio Estreito, responsável pela usina hidrelétrica no Rio Tocantins. Sua participação é de 25,49%. A construção da usina foi concluída em 2011, sendo que a primeira turbina começou a funcionar em abril 2011 e o projeto está programado para atingir sua capacidade total (8 turbinas) em março de 2013.

Com MAESA, BAESA

## 13 Imobilizado

**Composição do saldo**

**Controladora**

| | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Equipamentos e instalações | Veículos | Móveis e utensílios | Desmobilização de ativos | Total em operação | Obras em andamento | Imobilizado total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 29.501 | 605.449 | 471.618 | 91.714 | 7.144 | 4.319 | 1.209.745 | 201.635 | 1.411.380 |
| Aquisição | 915 | - | - | - | - | 4.336 | 5.251 | 243.508 | 248.759 |
| Ajuste a valor presente | - | (1.217) | (1.217) | - | - | - | (2.434) | - | (2.434) |
| Reversão ativos destinados à venda | 376 | 24.223 | 83.133 | 3.807 | 565 | - | 112.104 | 2.187 | 114.291 |
| Alienação | - | (350) | (545) | (25) | (66) | - | (986) | (1.344) | (2.330) |
| Depreciação | - | (42.732) | (97.700) | (7.566) | (2.420) | (3.035) | (153.453) | - | (153.453) |
| Capitalização de juros | - | - | 12.334 | - | - | - | 12.334 | (15.113) | (2.779) |
| Transferências | 359 | 36.255 | 39.243 | 21.887 | 1.776 | - | 99.520 | (99.520) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 31.151 | 621.628 | 506.866 | 109.817 | 6.999 | 5.620 | 1.282.081 | 331.353 | 1.613.434 |
| Custo total | 31.151 | 1.295.258 | 1.395.905 | 256.853 | 77.798 | 54.368 | 3.111.333 | 331.353 | 3.442.686 |
| Depreciação acumulada | - | (673.630) | (889.039) | (147.036) | (70.799) | (48.748) | (1.829.252) | - | (1.829.252) |
| Valor residual | 31.151 | 621.628 | 506.866 | 109.817 | 6.999 | 5.620 | 1.282.081 | 331.353 | 1.613.434 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 31.151 | 621.628 | 506.866 | 109.817 | 6.999 | 5.620 | 1.282.081 | 331.353 | 1.613.434 |
| Aquisição | - | - | - | - | - | 9.513 | 9.513 | 152.189 | 161.702 |
| Ajuste a valor presente | - | (1.131) | (1.131) | - | - | - | (2.262) | - | (2.262) |
| Alienação | (144) | (370) | (442) | (172) | 42 | - | (1.086) | (46) | (1.132) |
| Depreciação | (55) | (52.229) | (69.032) | (9.230) | (2.142) | (2.562) | (135.250) | - | (135.250) |
| Capitalização de juros | - | - | 8.910 | - | - | - | 8.910 | (11.515) | (2.605) |
| Transferências | (1.975) | 23.565 | 34.342 | 22.890 | 847 | - | 79.669 | (79.669) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 28.977 | 591.463 | 479.513 | 123.305 | 5.746 | 12.571 | 1.241.575 | 392.312 | 1.633.887 |
| Custo total | 29.032 | 1.317.322 | 1.437.584 | 279.571 | 78.687 | 63.881 | 3.206.077 | 392.312 | 3.598.389 |
| Depreciação acumulada | (55) | (725.859) | (958.071) | (156.266) | (72.941) | (51.310) | (1.964.502) | - | (1.964.502) |
| Valor residual | 28.977 | 591.463 | 479.513 | 123.305 | 5.746 | 12.571 | 1.241.575 | 392.312 | 1.633.887 |
| Taxas anuais de depreciação - % | 30 a 47 | 5 a 20 | 2 a 10 | 12 a 20 | 10 a 20 | - | - | - | - |

**Consolidado (Reapresentado)**

| | Terrenos e jazidas | Edificações e benfeitorias | Equipamentos e instalações | Veículos | Móveis e utensílios | Desmobilização de ativos | Total em operação | Obras em andamento | Imobilizado total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 76.906 | 605.571 | 471.618 | 91.714 | 7.144 | 4.855 | 1.257.808 | 1.265.737 | 2.523.545 |
| Aquisição | 915 | - | - | - | - | 5.790 | 6.705 | 341.697 | 348.402 |
| Ajuste a valor presente | - | (1.217) | (1.217) | - | - | - | (2.434) | - | (2.434) |
| Reversão ativos destinados à venda | 376 | 24.223 | 83.133 | 3.807 | 565 | - | 112.104 | 2.187 | 114.291 |
| Alienação | - | (350) | (545) | (25) | (66) | - | (986) | (1.344) | (2.330) |
| Depreciação | (2.734) | (52.967) | (99.668) | (7.566) | (2.420) | (3.124) | (168.479) | - | (168.479) |
| Capitalização de juros | - | 193.634 | 41.269 | - | - | - | 234.903 | (15.113) | 219.790 |
| Transferências | 69.573 | 760.175 | 238.172 | 22.107 | 2.295 | - | 1.092.322 | (1.092.322) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 145.036 | 1.529.069 | 732.762 | 110.037 | 7.518 | 7.521 | 2.531.943 | 500.842 | 3.032.785 |
| Custo total | 161.600 | 2.212.380 | 1.623.784 | 257.075 | 78.355 | 56.358 | 4.390.489 | 500.842 | 4.891.331 |
| Depreciação acumulada | (16.564) | (683.311) | (891.022) | (147.038) | (70.837) | (48.837) | (1.858.546) | - | (1.858.546) |
| Valor residual | 145.036 | 1.529.069 | 732.762 | 110.037 | 7.518 | 7.521 | 2.531.943 | 500.842 | 3.032.785 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 145.036 | 1.529.069 | 732.762 | 110.037 | 7.518 | 7.521 | 2.531.943 | 500.842 | 3.032.785 |
| Aquisição | - | - | - | - | - | 9.513 | 9.513 | 237.100 | 246.613 |
| Ajuste a valor presente | - | (1.131) | (1.131) | - | - | - | (2.262) | - | (2.262) |
| Alienação | (144) | (370) | (442) | (172) | 42 | - | (1.086) | (46) | (1.132) |
| Depreciação | (6.559) | (75.688) | (79.585) | (9.230) | (2.142) | (2.897) | (176.101) | - | (176.101) |
| Capitalização de juros | - | 8.983 | 10.253 | - | - | - | 19.236 | (11.515) | 7.721 |
| Transferências | (1.975) | 45.085 | 112.679 | 22.890 | 847 | - | 179.526 | (179.526) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 136.358 | 1.505.948 | 774.536 | 123.525 | 6.265 | 14.137 | 2.560.769 | 546.855 | 3.107.624 |
| Custo total | 159.481 | 2.265.884 | 1.745.143 | 279.793 | 79.244 | 65.871 | 4.595.416 | 546.855 | 5.142.271 |
| Depreciação acumulada | (23.123) | (759.936) | (970.607) | (156.268) | (72.979) | (51.734) | (2.034.647) | - | (2.034.647) |
| Valor residual | 136.358 | 1.505.948 | 774.536 | 123.525 | 6.265 | 14.137 | 2.560.769 | 546.855 | 3.107.624 |
| Taxas anuais de depreciação - % | 2 a 50 | 5 a 20 | 2 a 10 | 12 a 20 | 10 a 20 | - | - | - | - |

Em construções em andamento constam principalmente os custos referentes aos projetos da modernização da planta de Poços de Caldas e áreas de disposição de resíduos de bauxita.

Parcela significativa da depreciação, R$ 101.073 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R$ 92.283) foi alocada ao custo dos produtos vendidos e aos estoques.

O Grupo efetuou revisão da vida útil estimada do imobilizado durante o ano, e não identificou alterações significativas.

Despesas de arrendamento nos valores de R$ 16.714 (2011 - R$ 29.474) referentes a arrendamento operacional de máquinas e bens, foram registradas no resultado.

## 14 Ativo intangível

**Controladora**

| | *Softwares* adquiridos | Marcas e patentes | Outros intangíveis | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 17.157 | 204 | 3.397 | 20.758 |
| Aquisição | 1.940 | - | 2.624 | 4.564 |
| Reversão ativos destinados à venda | 12.863 | - | - | 12.863 |
| Alienação/baixa | (140) | - | - | (140) |
| Amortização | (17.007) | (30) | (1.923) | (18.960) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 14.813 | 174 | 4.098 | 19.085 |
| Custo total | 115.160 | 299 | 14.843 | 130.302 |
| Amortização acumulada | (100.347) | (125) | (10.745) | (111.217) |
| Valor residual | 14.813 | 174 | 4.098 | 19.085 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 14.813 | 174 | 4.098 | 19.085 |
| Aquisição | 3.495 | - | 11.960 | 15.455 |
| Alienação/baixa | (133) | - | - | (133) |
| Amortização | (12.206) | (30) | (2.731) | (14.967) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 5.969 | 144 | 13.327 | 19.440 |
| Custo total | 118.522 | 299 | 26.803 | 145.624 |
| Amortização acumulada | (112.553) | (155) | (13.476) | (126.184) |
| Valor residual | 5.969 | 144 | 13.327 | 19.440 |
| Taxas anuais de amortização - % | 33 | 10 | 5 - 25 | |

**Consolidado**

| | *Softwares* adquiridos | Marcas e patentes | Outros intangíveis | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 17.224 | 204 | 4.554 | 21.982 |
| Aquisição | 2.119 | - | 3.484 | 5.603 |
| Reversão ativos destinados à venda | 12.863 | - | - | 12.863 |
| Alienação/baixa | (140) | - | - | (140) |
| Amortização | (17.228) | (30) | (1.937) | (19.195) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 14.838 | 174 | 6.101 | 21.113 |
| Custo total | 115.527 | 299 | 16.860 | 132.686 |
| Amortização acumulada | (100.689) | (125) | (10.759) | (111.573) |
| Valor residual | 14.838 | 174 | 6.101 | 21.113 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 14.838 | 174 | 6.101 | 21.113 |
| Aquisição | 3.496 | - | 11.960 | 15.456 |
| Alienação/baixa | (133) | - | - | (133) |
| Amortização | (12.206) | (30) | (2.772) | (15.008) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 5.995 | 144 | 15.289 | 21.428 |
| Custo total | 118.890 | 299 | 28.820 | 148.009 |
| Amortização acumulada | (112.895) | (155) | (13.531) | (126.581) |
| Valor residual | 5.995 | 144 | 15.289 | 21.428 |
| Taxas anuais de amortização - % | 33 | 10 | 5 - 25 | - |

## 15 Fornecedores

O saldo a pagar a terceiros registrado no grupo de fornecedores refere-se primordialmente aos valores devidos pela Companhia pela aquisição de matérias-primas e serviços recebidos relacionados ao processo produtivo principalmente pelas fábricas de alumina e alumínio.

## 16 Empréstimos e financiamentos

| Descrição | Taxas contratuais - % | Principal Controladora e Consolidado 2012 | 2011 (Reapresentado) |
|---|---|---|---|
| Moeda nacional | | | |
| Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), efetuado originalmente em 2008 (Projeto Juruti) | Encargos da Cesta de Moedas (ECM) acrescido de 2,40 de risco ao ano | - | 6.458 |
| BNDES, efetuado originalmente em 2008 (Projeto Refinaria) | Encargos da Cesta de Moedas (ECM) acrescido de 2,02 de risco ao ano | - | 41.681 |
| BNDES, efetuado originalmente em 2008 (Projeto Juruti) | TJLP acrescido de um percentual de risco anual de 1,90 a 2,40 ao ano | - | 102.290 |
| BNDES, efetuado originalmente em 2008 (Projeto Refinaria) | TJLP acrescido de um percentual de risco anual de 1,52 a 2,02 ao ano | - | 356.315 |
| BNDES, efetuado originalmente em 2008 (Projeto Estreito) | TJLP acrescido de um percentual de risco anual de 2,02 ao ano | 930.817 | 785.446 |
| | | 930.817 | 1.292.190 |
| Juros a pagar | | 2.808 | 4.492 |
| Custos a amortizar | | (1.429) | (1.794) |
| Total de empréstimos e financiamentos | | 932.196 | 1.294.888 |

| | Controladora e Consolidado 2012 | 2011 (Reapresentado) |
|---|---|---|
| Principal | 57.214 | 206.621 |
| Juros a pagar | 2.808 | 4.492 |
| Custos a amortizar | (86) | (205) |
| Passivo circulante | 59.936 | 210.908 |
| Principal | 873.604 | 1.085.569 |
| Custos a amortizar | (1.344) | (1.589) |
| Não circulante | 872.260 | 1.083.980 |
| Total de empréstimos e financiamentos | 932.196 | 1.294.888 |

Os montantes de longo prazo em 31 de dezembro de 2012 têm a seguinte composição por ano de vencimento:

| | Controladora e Consolidado 2012 | 2011 (Reapresentado) |
|---|---|---|
| 2013 | - | 207.178 |
| 2014 | 57.214 | 204.256 |
| 2015 | 57.214 | 68.084 |
| 2016 | 57.214 | 44.988 |
| 2017 a 2029 | 701.962 | 561.063 |
| | 873.604 | 1.085.569 |

A Companhia está adimplente com as cláusulas contratuais existentes relativas aos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012. Como garantia aos financiamentos foram dadas cartas de crédito e garantia corporativa da Alcoa Inc.

O valor justo dos empréstimos atuais se aproxima consideravelmente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são mantidos nas seguintes moedas:

| | Controladora e Consolidado 2012 | 2011 (Reapresentado) |
|---|---|---|
| Reais | 930.817 | 1.244.051 |
| Dólares dos Estados Unidos | - | 48.139 |
| | 930.817 | 1.292.190 |

## 17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e sua controladora, controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

A controladora direta da Companhia é a Alcoa Inversiones España S.L. (sede na Espanha) e a controladora final é a Alcoa Inc. (sede nos Estados Unidos da América).

Os saldos referentes às transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as Companhias do grupo estão detalhados a seguir:

**(a) Transações e saldos**

**Controladora**

| | Ativo circulante: Valores a receber de sociedades ligadas 2012 | 2011 | Passivo circulante: Empréstimos e contas a pagar com sociedades ligadas 2012 | 2011 | Passivo não circulante: Empréstimos com sociedades ligadas 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| AGTS Swiss Branch (*) | - | 53.753 | 2.575 | 2.004 | 30.579 | 27.819 |
| Alcoa África | 7 | 10 | - | - | - | - |
| Alcoa América do Norte | 2.504 | 6.594 | 15.035 | 26.160 | - | - |
| Alcoa Ásia | 21 | 19 | - | - | - | - |
| Alcoa Austrália | 64 | 27 | 10.591 | 10.611 | - | - |
| Alcoa Europa | 237 | 255 | 221 | 2.139 | - | - |
| Caribbean | 727 | 1.673 | 1 | 45 | - | - |
| | 3.560 | 62.331 | 28.423 | 40.959 | 30.579 | 27.819 |
| Moeda local | | | | | | |
| Alcoa Inc. | - | - | - | 3.556 | - | - |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. | 4.316 | 5.166 | 1.667 | 15.588 | - | - |
| Companhia Geral de Minas (CGM) | 407 | 17 | 972 | 1.550 | - | - |
| GEVOY S.A. | - | - | 4.144 | 7.551 | 2.129.292 | 2.310.796 |
| Novo Horizonte | - | - | 5.969 | 15.234 | - | - |
| Reyco Ltda. | - | 1.067 | - | - | - | - |
| Estreito Energia S.A. | - | - | 18.986 | - | - | - |
| Outros | - | - | - | 102 | - | - |
| | 8.283 | 68.581 | 60.161 | 84.540 | 2.159.871 | 2.338.615 |

**Consolidado**

| | Ativo circulante: Valores a receber de sociedades ligadas 2012 | 2011 (Reapresentado) | Passivo circulante: Empréstimos e contas a pagar com sociedades ligadas 2012 | 2011 (Reapresentado) | Passivo não circulante: Empréstimos com sociedades ligadas 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| AGTS Swiss Branch (*) | - | 53.753 | 2.575 | 2.004 | 30.579 | 27.819 |
| Alcoa África | 7 | 10 | - | - | - | - |
| Alcoa América do Norte | 7.819 | 3.465 | 15.062 | 26.452 | - | - |
| Alcoa Ásia | 21 | 19 | - | - | - | - |
| Alcoa Austrália | 96 | 27 | 10.621 | 10.611 | - | - |
| Alcoa Europa | 237 | 255 | 221 | 2.139 | - | - |
| Caribbean | 727 | 1.709 | 1 | 43 | - | - |
| | 8.907 | 59.238 | 28.480 | 41.249 | 30.579 | 27.819 |
| Moeda local | | | | | | |
| Alcoa Inc. | - | - | - | 3.556 | - | - |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. | 4.316 | 5.166 | 1.754 | 3.594 | - | - |
| Companhia Geral de Minas (CGM) | 407 | - | - | - | - | - |
| GEVOY S.A. | - | - | 4.144 | 7.551 | 2.129.292 | 2.310.796 |
| Reyco Ltda. | - | 1.067 | - | - | - | - |
| Outros | - | 7 | - | - | - | - |
| | 4.723 | 6.240 | 5.898 | 14.701 | 2.129.292 | 2.310.796 |
| | 13.630 | 65.478 | 34.378 | 55.950 | 2.159.871 | 2.338.615 |

**Controladora**

| | Receita de vendas, produtos e serviços 2012 | 2011 | Variação cambial 2012 | 2011 | Receitas financeiras 2012 | 2011 | Despesas financeiras 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Alcoa Austrália | 99 | 85 | - | - | - | - | - | - |
| Alcoa Europa | 297 | 9.498 | - | - | - | - | - | - |
| Alcoa América do Norte | 173.681 | 84.842 | - | - | - | - | - | - |
| AGTS Swiss Branch (*) | - | - | 39.581 | 1.105 | 9.995 | 2.684 | (357) | (171) |
| Caribbean | 2.143 | 617 | - | - | - | - | - | - |
| Alcoa Suriname | 2.294 | 819 | - | - | - | - | - | - |
| Outros | 9 | 9 | - | - | - | - | - | - |
| | 178.523 | 95.870 | 39.581 | 1.105 | 9.995 | 2.684 | (357) | (171) |
| Moeda local | | | | | | | | |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. | 21.408 | 144.440 | - | - | 1.120 | 1.635 | - | - |
| Companhia Geral de Minas (CGM) | 192 | 196 | - | - | - | - | - | - |
| Reyco Ltda. | - | 5.573 | - | - | - | - | - | - |
| Novo Horizonte | - | - | - | - | - | - | (1.120) | (1.635) |
| GEVOY S.A. | - | - | - | - | - | - | (191.559) | (315.059) |
| | 21.600 | 150.209 | - | - | 1.120 | 1.635 | (192.679) | (316.694) |
| | 200.123 | 246.079 | 39.581 | 1.105 | 11.115 | 4.319 | (193.036) | (316.865) |

**Consolidado**

| | Receita de vendas, produtos e serviços 2012 | 2011 | Variação cambial 2012 | 2011 | Receitas financeiras 2012 | 2011 | Despesas financeiras 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Moeda estrangeira | | | | | | | | |
| Alcoa Austrália | 99 | 85 | - | - | - | - | - | - |
| Alcoa Europa | 297 | 9.498 | - | - | - | - | - | - |
| Alcoa América do Norte | 173.681 | 84.842 | - | - | - | - | - | - |
| AGTS Swiss Branch (*) | - | - | 39.521 | 1.105 | 9.995 | 2.684 | (357) | (171) |
| Caribbean | 4.437 | 1.436 | - | - | - | - | - | - |
| Outros | 9 | 9 | - | - | - | - | - | - |
| | 178.523 | 95.870 | 39.521 | 1.105 | 9.995 | 2.684 | (357) | (171) |
| Moeda local | | | | | | | | |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. | 25.135 | 144.484 | - | - | 1.120 | 1.635 | - | - |
| Reyco Ltda. | - | 5.573 | - | - | - | - | - | - |
| GEVOY S.A. | - | - | - | - | - | - | (191.559) | (315.059) |
| Outros | 18 | - | - | - | - | - | (1.120) | (1.635) |
| | 25.153 | 150.057 | - | - | 1.120 | 1.635 | (192.679) | (316.694) |
| | 203.676 | 245.927 | 39.521 | 1.105 | 11.115 | 4.319 | (193.036) | (316.865) |

| | Compras de insumos de produção e serviços: Controladora 2012 | Controladora 2011 (Reapresentado) | Consolidado 2012 | Consolidado 2011 (Reapresentado) |
|---|---|---|---|---|
| Moeda estrangeira | | | | |
| Alcoa Austrália | 6.940 | 639 | 6.940 | 639 |
| Alcoa Europa | 3.699 | 5.753 | 3.699 | 5.753 |
| Alcoa América do Norte | 62.097 | 102.101 | 62.097 | 102.101 |
| | 72.736 | 108.493 | 72.736 | 108.493 |
| Moeda local | | | | |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. | 265.733 | 163.526 | 265.733 | 163.566 |
| Companhia Geral de Minas S.A. | 16.055 | 17.183 | - | - |
| Serra do Facão Energia S.A. | 87.612 | 85.704 | 87.612 | 85.704 |
| Energética Barra Grande S.A. - Baesa | 133.431 | 127.288 | 133.431 | 127.288 |
| Machadinho Energética S.A. - Maesa | 44.259 | 48.040 | 44.259 | 48.040 |
| Mineração Rio do Norte S.A. - MRN | 25.178 | 45.330 | 25.178 | 45.330 |
| | 572.268 | 487.071 | 556.213 | 469.928 |
| | 645.004 | 595.564 | 628.949 | 578.421 |

(*) Em 2012 as operações de empréstimos a receber com a AGTS Swiss Branch foram liquidadas, sendo que em 2011 ocorreram tais transações com incidência de variação cambial, mais taxa de juros renegociada trimestralmente, sendo em dezembro de 2011 de 5,80%.

As transações de empréstimos entre a Companhia e as sociedades controladas e ligadas são suportadas por contratos gravados com cláusulas de atualização monetária e juros.

**(b) Remuneração do pessoal-chave da administração**

| | Controladora 2012 | Controladora 2011 | Consolidado 2012 | Consolidado 2011 |
|---|---|---|---|---|
| Benefícios de curto prazo a administradores | 7.080 | 6.523 | 9.897 | 8.232 |
| Outros benefícios de longo prazo a administradores | 3.461 | 1.199 | 3.554 | 1.293 |
| | 10.541 | 7.722 | 13.451 | 9.525 |

## 18 Provisão para contingências

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

| | Controladora 2012 Provisão para contingências | Depósitos judiciais | Provisões para contingências líquidas | 2011 Provisões para contingências líquidas |
|---|---|---|---|---|
| Tributários | 12.381 | (5.252) | 7.129 | 11.886 |
| Trabalhistas | 21.752 | (3.318) | 18.434 | 16.237 |
| Cíveis | 9.642 | (3.455) | 6.187 | 5.697 |
| | 43.775 | (12.025) | 31.750 | 33.820 |

| | Consolidado 2012 Provisão para contingências | Depósitos judiciais | Provisões para contingências líquidas | 2011 (Reapresentado) Provisões para contingências líquidas |
|---|---|---|---|---|
| Tributários | 12.591 | (5.252) | 7.339 | 12.563 |
| Trabalhistas | 22.668 | (3.318) | 19.350 | 16.238 |
| Cíveis | 9.955 | (3.455) | 6.500 | 5.697 |
| | 45.214 | (12.025) | 33.189 | 34.498 |

(b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 65.444 | 67.919 |
| Adições | 36.612 | 35.449 |
| Baixas | (49.801) | (49.866) |
| Atualizações monetárias | 3.778 | 4.123 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 56.033 | 57.625 |
| Adições | 3.624 | 12.993 |
| Baixas | (18.683) | (28.200) |
| Atualizações monetárias | 2.801 | 2.796 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 43.775 | 45.214 |

(c) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. Com base nas opiniões dos consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável, a Companhia reconhece a provisão em suas demonstrações financeiras.

Os principais processos de natureza tributária em discussão estão apresentados a seguir:

(i) ICMS - questionamento acerca da existência de corresponsabilidade tributária por descumprimento de regra de diferimento por parte de seu ex-cliente.

(ii) IRPJ/CSLL - discussão acerca da ilegalidade da glosa de despesa efetuada com o pagamento de juros sobre capital próprio no ano de 2007.

(iii) Contribuição previdenciária ao INSS - discussão acerca da ilegalidade da exigência de contribuição previdenciária sobre aportes efetuados a plano de previdência privada em benefício de seus empregados.

(iv) Questionamento acerca da legitimidade para apropriação de créditos fiscais oriundos de aquisições de bens para a produção industrial em operação consorciada.

(v) PIS-PASEP/COFINS - discussão acerca de tomada de crédito por discordância do emprego de itens como insumo ou por apropriação extemporânea de créditos.

(vi) Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, em reclamações cujos pleitos são: horas extras e reflexos, expurgos inflacionários, indenização por dano moral e material, adicional de periculosidade e insalubridade e seus reflexos, verbas salariais oriundas de responsabilidade subsidiária pela contratação de prestação de serviços, caracterização de verbas salariais.

As ações cíveis referem-se a casos de indenizações, sustação de protesto e anulatória de título de crédito, ambas provenientes de venda mercantil.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia mantinha ainda em andamento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas. Os valores envolvidos são:

| | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2012 | 434.146 | 458.105 |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 338.635 | 411.672 |

Estes valores referem-se basicamente a processos tributários, envolvendo principalmente demandas com relação a matérias relacionadas a ICMS, PIS, COFINS e IPI.

## 19 Patrimônio líquido

**(a) Capital social**

O capital social, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é composto de ações sem valor nominal, conforme a seguir discriminado:

| | Quantidade de ações: Ordinárias | Preferenciais | Total |
|---|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2011 | | | |
| País | 428 | 6.051 | 6.479 |
| Exterior | 14.229.974 | 724 | 14.230.698 |
| | 14.230.402 | 6.775 | 14.237.177 |
| Novas ações originadas de aumento de capital em 2012 | | | |
| País | - | - | - |
| Exterior | 3.289.804 | - | 3.289.804 |
| | 3.289.804 | - | 3.289.804 |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | | |
| País | 428 | 6.051 | 6.479 |
| Exterior | 17.519.778 | 724 | 17.520.502 |
| | 17.520.206 | 6.775 | 17.526.981 |

A Companhia é controlada pela Alcoa Inversiones España S.L. que possui 99,89% do capital social da Alcoa Alumínio S.A. e é uma subsidiária integral da Alcoa Inc.

As ações preferenciais não têm direito a voto mas, de acordo com o Estatuto Social da Companhia possuem direitos de preferência na distribuição de dividendos e prioridade no reembolso de capital, observando-se os requerimentos da Lei das Sociedades por Ações.

Em ata de assembleia geral ordinária e extraordinária de 30 de abril de 2009, a administração, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76, criou a reserva estatutária para investimento em projetos de energia elétrica e destinou o valor remanescente dos lucros acumulados para a respectiva reserva.

Em 2012, foram realizados aportes de capital no montante de R$ 1.004.847 devidamente aprovados em ata, conforme segue:

| Data | Valor | Número de ações |
|---|---|---|
| Assembleia Geral Extraordinária | 17 de janeiro de 2012 | 107.436 | 333.849 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 8 de fevereiro de 2012 | 86.275 | 271.784 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 8 de março de 2012 | 114.355 | 365.607 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 10 de abril de 2012 | 109.806 | 354.122 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 11 de junho de 2012 | 70.637 | 230.961 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 28 de agosto de 2012 | 223.080 | 738.678 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 20 de dezembro de 2012 | 293.258 | 994.803 |
| | | 1.004.847 | 3.289.804 |

**(b) Distribuição de dividendos**

A legislação societária brasileira, por meio da Lei nº 6.404/76 determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório (25%) aos acionistas. Por ter apurado prejuízo contábil no exercício de 2012 e de 2011, não haverá distribuição de dividendos para os referidos períodos.

**(c) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**(d) Reserva para incentivos fiscais**

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 20(e), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta "Lucros acumulados". Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

**(e) Juros sobre o capital próprio**

As Companhias têm a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o patrimônio líquido que, dedutíveis para fins tributários, podem ser imputados aos dividendos obrigatórios quando distribuídos.

Os juros calculados são alocados, quando aplicável, diretamente ao patrimônio líquido, e para fins fiscais tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

**(f) Reserva de lucro para investimentos**

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo desta reserva de investimento será destinado para projetos de energia elétrica, conforme deliberado em Assembleia Geral, sendo:

(i) investimentos nos projetos de exploração de aproveitamento hidroelétrico nos quais a Companhia tem participação;

(ii) novas oportunidades de negócio relacionadas à geração de energia elétrica.

Adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

**(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

| | Controladora 2012 Ativo | 2012 Passivo | 2011 Ativo | 2011 Passivo |
|---|---|---|---|---|
| Diferenças temporariamente indedutíveis | 46.556 | - | 41.397 | - |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL | 637.358 | - | 512.892 | - |
| Outros | - | - | - | 8.803 |
| Não circulante | 683.914 | - | 554.289 | 8.803 |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferidos | 683.914 | - | 554.289 | 8.803 |

| | Consolidado 2012 Ativo | 2012 Passivo | 2011 Ativo | 2011 Passivo |
|---|---|---|---|---|
| Diferenças temporariamente indedutíveis | 46.556 | - | 41.313 | - |
| Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL | 637.630 | - | 513.266 | - |
| Outros | 569 | - | - | 8.803 |
| Não circulante | 684.755 | - | 554.579 | 8.803 |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferidos | 684.755 | - | 554.579 | 8.803 |

**(b) Período estimado de realização**

Os valores dos ativos diferidos líquidos dos passivos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

| | Valor líquido dos créditos: Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2013 | 10.272 | 10.544 |
| 2014 | 10.498 | 10.770 |
| 2015 a 2017 | 93.533 | 93.830 |
| 2018 a 2025 | 197.085 | 197.085 |
| Após 2025 | 372.526 | 372.526 |
| | 683.914 | 684.755 |

A estimativa de realização dos impostos diferidos ativos encontra-se respaldada pelo plano de negócios da Companhia, o qual pode conter informações sobre eventos futuros sujeitos a incertezas e fatores que fogem do seu controle, tais como cotação do preço do metal em bolsa, flutuações de moeda e condições de mercado. Mencionados fatores poderão diferir das premissas adotadas pela administração na elaboração do seu plano de negócios, podendo resultar em diferenças materiais quando comparados aos montantes aqui apresentados.

Outra consideração, é a limitação sobre a compensação dos prejuízos fiscais até o máximo de 30% do lucro tributável de exercícios subsequentes, que amplia consideravelmente o total dos resultados tributáveis necessários para extinguir os prejuízos acumulados.

Ainda sobre esse tópico, cabe ressaltar que embora a legislação vigente tenha determinado que os prejuízos fiscais só possam ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável, esta o fez de modo a assegurar sua utilização a qualquer tempo, permitindo assim o saldo passível de compensação possa ser conservado pelo contribuinte por prazo indeterminado.

Por fim, não há uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A administração da Companhia possui planos operacionais que garantem a realização da totalidade dos ativos fiscais diferidos de longo prazo.

**(c) Movimentação líquida do imposto de renda diferido**

| | Controladora 2012 | 2011 | Consolidado 2012 | 2011 |
|---|---|---|---|---|
| Em 1º de janeiro | 545.486 | 458.087 | 546.173 | 459.812 |
| Benefício registrado no resultado | 139.463 | 87.374 | 140.014 | 87.185 |
| Outros | (1.035) | 25 | (1.432) | (824) |
| Em 31 de dezembro | 683.914 | 545.486 | 684.755 | 546.173 |

**(d) Reconciliação do benefício de imposto de renda e da contribuição social**

| | Controladora 2012 | 2011 (Reapresentado) | Consolidado 2012 | 2011 (Reapresentado) |
|---|---|---|---|---|
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (191.471) | (211.413) | (153.304) | (200.479) |
| Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - % | 34 | 34 | 34 | 34 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | 65.100 | 71.880 | 52.123 | 68.163 |
| Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva | | | | |
| Participações em sociedades controladas e coligadas | 59.018 | 16.414 | 31.835 | 8.165 |
| Outros

# ALCOA ALUMÍNIO S.A.

CNPJ/MF 23.637.697/0001-01

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2012 -** Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**24 Resultado financeiro**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 (Reapresentado) |
| Receitas financeiras | | | | |
| Juros sobre aplicações financeiras | 5.259 | 5.201 | 7.243 | 5.975 |
| Juros sobre mútuos com partes relacionadas | 9.995 | 2.684 | 9.995 | 4.319 |
| Ajuste a valor presente das receitas e créditos fiscais | 13.813 | 19.279 | 13.813 | 19.279 |
| Outras receitas financeiras | 32.550 | 6.752 | 32.568 | 6.778 |
| | 61.617 | 33.916 | 63.619 | 36.351 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros empréstimos | (91.540) | (121.267) | (91.540) | (121.417) |
| Juros sobre mútuos com partes relacionadas | (193.037) | (316.865) | (193.036) | (316.865) |
| Despesas com garantias de empréstimos com BNDES | (11.890) | (15.156) | (11.890) | (15.156) |
| Ajuste a valor presente dos custos | (15.995) | (17.999) | (15.995) | (17.999) |
| Outras despesas financeiras | (16.112) | (6.337) | (16.172) | (6.338) |
| Capitalização de juros | 58.771 | 123.423 | 58.769 | 123.422 |
| | (269.803) | (354.201) | (269.864) | (354.353) |
| Variações monetárias e cambiais | | | | |
| Partes relacionadas | 39.581 | 1.105 | 39.581 | 1.105 |
| Empréstimos (terceiros) | (44.356) | (6.082) | (44.356) | (6.082) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 25.555 | 8.778 | 25.556 | 8.752 |
| Outros | 1.672 | 899 | 1.814 | 845 |
| | 22.452 | 4.700 | 22.595 | 4.620 |

**25 Despesa de benefícios a empregados**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Salários, incluindo custos de rescisão | 176.000 | 148.747 | 177.537 | 151.318 |
| Custos previdenciários | 55.416 | 56.617 | 55.856 | 57.402 |
| Custos com plano de aposentadoria e pensões (i) | 9.992 | 9.089 | 10.057 | 9.153 |
| Demais benefícios (ii) | 30.238 | 26.947 | 30.355 | 27.176 |
| Opções de ações (iii) | 2.616 | 2.904 | 2.616 | 2.904 |
| | 274.262 | 244.304 | 276.421 | 247.953 |
| Número de empregados | 3.409 | 3.525 | 3.427 | 3.547 |

(i) Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia e algumas investidas ("Patrocinadoras") mantêm um Plano de Seguridade Social ("Plano") que cobre substancialmente todos os seus funcionários. O Plano é de contribuição definida, denominado Alcoa Previ. Esse Plano é constituído pelas contribuições mensais dos funcionários ("participantes") e das Patrocinadoras. As Patrocinadoras contribuem com 1% do salário aplicável do participante ("contribuição geral") e com 50% da contribuição básica do funcionário. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia efetuou contribuição extraordinária de 50% da contribuição básica do funcionário em função da rentabilidade auferida nesses anos.

(ii) Demais benefícios

A Companhia oferece aos seus funcionários assistência médica, odontológica, farmacêutica, refeição, transporte e seguro de vida.

(iii) Prêmio de opção de ações

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns empregados da Companhia pela emissão de ações da Controladora final da Alcoa Alumínio, a Alcoa Inc.

A Companhia reconhece o resultado de compensação da participação concedida aos funcionários, proporcionalmente, com base no período determinado de permanência do empregado da Companhia e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e rotatividade esperada. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, a despesa com o pagamento baseado em ações pode ser impactada.

O prêmio de opção de ações determinado pelos planos de compensação da Alcoa Inc. é disponibilizado a preço de mercado na data da opção e apenas a funcionários específicos.

Para as opções de ações concedidas em 2012 e 2011, o número definitivo de opções concedidas se baseia no fluxo de caixa da Alcoa contra um alvo preestabelecido. As opções de ações caracterizam-se conforme segue:

| Data da opção | Condições específicas de aquisição | Prazo do contrato - anos | Opção de recarga | Metodologia de liquidação |
|---|---|---|---|---|
| 2004 a 2009 | Três anos (1/3 ao ano) | Seis | Não há | Patrimônio |
| 2010 em diante | Três anos (1/3 ao ano) | Dez | Não há | Patrimônio |

Adicionalmente, as opções de pagamento com base em ações descritas acima, a Alcoa Inc. também disponibiliza prêmios com base em unidades de ações restritas que têm prazo de validade de três anos da data de emissão.

Os participantes do plano de compensação com base em ações da Companhia têm a opção de receber sua gratificação em ações regulares, ações restritas ou a combinação de ambos, sendo a que opção deve ser definida antes da emissão e é irrevogável.

O saldo final em quantidade de opções de ações em 31 de dezembro de 2012 é de 911 opções (2011 – 1.028).

**26 Seguros**

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

**(a) Controladora**

| Ramos | Importâncias seguradas |
|---|---|
| Danos materiais e lucros cessantes | 8.823.159 |
| Multirrisco | 24.304 |
| Responsabilidade civil geral | 20.000 |
| Responsabilidade civil profissional | 10.000 |

**(b) Consolidado**

| Ramos | Importâncias seguradas |
|---|---|
| Danos materiais e lucros cessantes | 8.979.217 |
| Multirrisco | 24.304 |
| Risco de engenharia | 509.800 |
| Responsabilidade civil geral | 32.745 |
| Responsabilidade civil profissional | 10.000 |

**27 Eventos subsequentes**

**(a) Extinção da MAESA - Machadinho Energética S.A.**

Em 16 de janeiro de 2013 foi extinta a investida Maesa - Machadinho Energética S.A. Deste modo, a parcela dos ativos referente à participação da Alcoa Aluminio S.A. nessa investida foi reconhecida nos livros da Companhia, remanescendo a figura do Consórcio MAESA, sendo este dedicado à gestão dos ativos e produção de energia, reconhecido na Companhia por meio da consolidação proporcional.

**(b) Aporte de capital na Companhia**

Foram realizados aportes de capital na Companhia pela sua controladora Alcoa Inversiones España S.L. no montante de R$ 188.382, conforme a seguir:

| Data | Valor |
|---|---|
| 15 de fevereiro de 2013 | 70.758 |
| 8 de março de 2013 | 117.624 |
| | 188.382 |

**(c) Captação de empréstimos (Adiantamento de Contrato de Câmbio)**

A Companhia realizou a captação de empréstimos em dólar dos Estados Unidos na modalidade de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), conforme abaixo:

| Data de captação | Data de vencimento | Banco | Valor |
|---|---|---|---|
| 4 de fevereiro de 2013 | 5 de abril de 2013 | Banco do Brasil S.A. | 32.601 |
| 6 de fevereiro de 2013 | 22 de abril de 2013 | Banco do Brasil S.A. | 27.794 |
| 8 de fevereiro de 2013 | 24 de abril de 2013 | Banco do Brasil S.A. | 17.493 |
| 8 de fevereiro de 2013 | 24 de abril de 2013 | Banco do Brasil S.A. | 7.769 |
| | | | 85.657 |

**Diretoria**

**Franklin Lee Feder** – Presidente
**Marcos Romero Ramos** – Diretor - Executivo
**Aquilino Paolucci Neto** – Diretor
**Carlos Eduardo Mahfuz** – Diretor
**Ricardo de Barros Moraes Sayão** – Diretor

**Contador**

**Celso Ricardo Baccini** – CRC nº 1SP232884/O-3 "S" MG

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas

**Alcoa Alumínio S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Alcoa Alumínio S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Alcoa Alumínio S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

**Base para opinião com ressalvas**

**Mudança de prática contábil - Não apresentação do balanço de abertura**

Conforme mencionado na Nota 2.21, a administração da Companhia passou a não mais consolidar proporcionalmente a investida Serra do Facão Energia S.A., por entender ser essa a prática contábil mais adequada. No entanto, o balanço patrimonial consolidado em 1º de Janeiro de 2011, assim como as respectivas notas explicativas, não foram reapresentados, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

**Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público "UBP"**

Conforme mencionado na Nota 11 (d) (iii) às demonstrações financeiras, as investidas Serra do Facão Energia S.A., BAESA - Energética Barra Grande S.A. e Estreito Energia S.A. não registraram o valor de obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado uso do bem público ("UBP"), a qual é contabilizada no resultado quando dos efetivos pagamentos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam que seja feito o registro de uma obrigação e do direito de uso correspondente para contratos com essas características. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos consolidados estão apresentados a maior e a menor em aproximadamente R$ 73.688 mil (R$ 25.545 mil em 31 de dezembro de 2011) e R$ 27.038 mil (R$ 23.189 mil em 31 de dezembro de 2011), respectivamente, e o patrimônio líquido e o prejuízo individual e consolidado do exercício estão apresentados a maior e a menor em, aproximadamente, R$ 100.726 mil (R$ 48.740 mil em 31 de dezembro de 2011) e R$ 36.192 mil (R$ 27.206 mil em 31 de dezembro de 2011), respectivamente, líquidos dos efeitos tributários.

**Cálculo de depreciação - Hidrelétricas**

Conforme mencionado na Nota 11 (d) (iv) às demonstrações financeiras, as investidas Serra do Facão Energia S.A. e BAESA - Energética Barra Grande S.A., calculam a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação que levam em consideração a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão. Essas taxas se equivalem aquelas contidas no plano de contas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (parágrafo 130) e Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (parágrafos 93 a 96), permitem que seja considerada a possibilidade de renovação da concessão ou indenização para a determinação de critérios contábeis, apenas quando há evidências concretas, não presentes até o momento, que suportem esta definição sem custo significativo para a concessionária. Nesta situação, entendemos que o reconhecimento da despesa com depreciação para as investidas, deveria considerar a vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado ou o prazo da concessão, dos dois o menor. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o patrimônio líquido está apresentado a maior em aproximadamente R$ 35.277 mil (R$ 123.549 mil em 31 de dezembro de 2011) e o prejuízo do exercício a menor em aproximadamente em R$ 8.091 mil (R$ 5.068 mil em 31 de dezembro de 2011), respectivamente, líquidos dos efeitos tributários.

**Opinião com ressalvas**

Em nossa opinião, exceto pela ausência de divulgação descrita acima em "Mudança de prática contábil - Não apresentação do balanço de abertura", e pelos efeitos dos assuntos descritos em " Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público "UBP"" e "Cálculo de depreciação - Hidrelétricas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alcoa Alumínio S.A. e da Alcoa Alumínio S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme descrito na Nota 17 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém relações e transações em montantes significativos com companhias associadas. Consequentemente, o desempenho de suas operações pode ser diferente daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Chamamos a atenção para a Nota 11(c) às demonstrações financeiras, que descreve que em 31 de dezembro de 2012 a investida Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil") possuía prejuízos acumulados de R$ 1.198.575 mil (31 de dezembro de 2011 - R$ 1.251.177 mil). A administração, de acordo com estimativas e projeções contidas no plano de negócios relacionados com a AWA Brasil, espera que as receitas futuras advindas das operações da AWA Brasil, inclusive com expectativas de expansão futura desses investimentos, serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo, assegurar a realização de seus ativos não circulantes, assim como para absorver os prejuízos acumulados da AWA Brasil até 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

São Paulo, 27 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

**André Pannunzio Candido Oliveira**
Contador CRC 1SP196603/O-1 "S" MG

# ESTREITO ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 07.089.298/0001-05

**Relatório da Administração**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V. Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 acompanhadas das notas explicativas. A diretoria está à disposição dos acionistas para as informações que julgarem necessárias.

Poços de Caldas, 28 de março de 2013. - A Diretoria

**Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

| ATIVO | Nota explicativa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 46.730 | 8.988 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 5 | 18.985 | 12.078 |
| Impostos a recuperar | 6 | 19.797 | 15.554 |
| Seguros a apropriar | 18 | 913 | 1.939 |
| Despesas antecipadas | | 16 | 1.622 |
| Outros ativos de curto prazo | | 148 | 722 |
| Total do ativo circulante | | 86.589 | 40.903 |
| **Não Circulante** | | | |
| Impostos a recuperar | 6 | 61.969 | 75.750 |
| Seguros a apropriar | 18 | - | 570 |
| Imposto de renda diferido | | 551 | - |
| Depósitos judiciais | | 526 | 533 |
| Imobilizado | 7 | 1.199.501 | 1.151.077 |
| Intangível | 7 | 1.988 | 2.028 |
| Total do ativo não circulante | | 1.264.535 | 1.229.958 |
| **Total do Ativo** | | **1.351.124** | **1.270.861** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota explicativa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 8 | 8.459 | 5.167 |
| Débito com partes relacionadas | | - | 2.549 |
| Salários, encargos e provisões | | 320 | 1.380 |
| Tributos a recolher | 9 | 33.156 | 11.294 |
| Encargos regulatórios | 10 | 4.361 | 2.594 |
| Outras contas a pagar | | 232 | 173 |
| Total do passivo circulante | | 46.528 | 23.157 |
| **Não Circulante** | | | |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 11 | 1.229 | - |
| Tributos a recolher | 9 | 950 | 950 |
| **Total do passivo não circulante** | | 2.179 | 950 |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social | 12 | 1.235.229 | 1.228.746 |
| Reservas de lucros | 12 | 67.188 | 18.008 |
| | | 1.302.417 | 1.246.754 |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | | **1.351.124** | **1.270.861** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

| | Nota explicativa | Capital social | Reservas para Investimento | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2010** | | **1.145.446** | **-** | **(1.390)** | **1.144.056** |
| Integralizações de capital | 12.b) | 83.300 | - | - | 83.300 |
| Dividendos mínimos | | - | - | (173) | (173) |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | 19.571 | 19.571 |
| Destinação do Lucro | | - | 18.008 | (18.008) | - |
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2011** | | **1.228.746** | **18.008** | **-** | **1.246.754** |
| Integralizações de capital | 12.b) | 6.483 | - | - | 6.483 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | 74.180 | 74.180 |
| Dividendos | | - | - | (25.000) | (25.000) |
| Destinação do lucro: | | | | | |
| Reserva Legal | | - | 3.709 | (3.709) | - |
| Reserva de Investimento | | - | 45.471 | (45.471) | - |
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2012** | | **1.235.229** | **67.188** | **-** | **1.302.417** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

| | Nota explicativa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **Receita Líquida Operacional** | 13 | 181.143 | 56.455 |
| **Custo do Serviço Prestado** | 14 | (70.015) | (26.157) |
| **Lucro Bruto** | | 111.128 | 30.298 |
| **Despesas Operacionais** | | | |
| Despesas administrativas | 14 | (1.280) | (978) |
| **Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro** | | 109.848 | 29.320 |
| **Resultado Financeiro** | | | |
| Receitas financeiras | | 1.471 | 176 |
| Despesas Financeiras | | (41) | (22) |
| **Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social** | | 111.278 | 29.474 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 15 | (37.649) | (9.903) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | | 551 | - |
| **Lucro Líquido do Exercício** | | 74.180 | 19.571 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido do Exercício | 74.180 | 19.571 |
| Resultado Abrangente Total do Exercício | 74.180 | 19.571 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

| | Nota explicativa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais** | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 111.278 | 29.474 |
| Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | | |
| Depreciação e amortização | 15 | 36.528 | 11.269 |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | | 1.229 | - |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | |
| Contas a receber de partes relacionadas | 5 | (6.907) | (11.449) |
| Seguros a apropriar | 18 | 1.596 | 283 |
| Despesas antecipadas | | 1.606 | (961) |
| Impostos a recuperar | 6 | 9.538 | (10.284) |
| Outros ativos de curto prazo | | 574 | (722) |
| Depósitos judiciais | | 7 | 164 |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Fornecedores | | 3.292 | (8.514) |
| Débitos com parte relacionada | | (2.549) | 2.549 |
| Salários, encargos e provisões | | (1.060) | (568) |
| Tributos a recolher | 9 | (264) | 1.391 |
| Pagamento de provisão para riscos cíveis e trabalhistas | | - | (382) |
| Encargos regulatórios | 10 | 1.767 | 2.594 |
| Tributos a recolher | | - | 68 |
| Outras contas a pagar | | 59 | - |
| Caixa gerado nas operações | | 156.694 | 14.912 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (15.523) | - |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | | 141.171 | 14.912 |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | |
| Aquisição de imobilizado | 7 | (84.911) | (101.953) |
| Aquisição de intangível | 7 | (1) | (886) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (84.912) | (102.839) |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | |
| Integralizações de capital | | 6.483 | 83.300 |
| Dividendos pagos | | (25.000) | - |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | | (18.517) | 83.300 |
| **Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | 37.742 | (4.627) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 8.988 | 13.615 |
| Caixa e equivalentes de caixa fim do exercício | | 46.730 | 8.988 |
| **Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | 37.742 | (4.627) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

**1. Contexto Operacional:** A Estreito Energia S.A. ("Sociedade"), constituída em 1º de abril de 2008, é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico, que foi criada com o objetivo de explorar por meio de compartilhamento com outras empresas o potencial de energia hidráulica localizada no Rio Tocantins, Município de Estreito, Estado do Maranhão, e divisa dos Municípios de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins, bem como as respectivas instalações de interesse restrito à central geradora Aproveitamento Hidrelétrico de Energia - Estreito ("AHE Estreito"), mediante a construção, implantação, operação e manutenção da AHE Estreito e comercialização da energia correspondente, nos termos do Contrato de Concessão nº 094, celebrado em 27 de dezembro de 2002 com a União Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e seus aditivos. A Sociedade é uma subsidiária integral da Alcoa Alumínio S.A. Inicialmente, a Alcoa Alumínio S.A. detinha o direito de exploração compartilhada da cota-parte de 25,49% da concessão da AHE Estreito. Contudo, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.262, de 26 de fevereiro de 2008, foi autorizada a transferência dessa cota-parte detida pela Alcoa Alumínio S.A. na concessão da AHE Estreito para a Sociedade, passando esta última a deter os direitos emergentes da concessão e integrando diretamente o Consórcio Estreito Energia - CESTE. O CESTE foi constituído em 20 de maio de 2002 pelas empresas Suez Energy South America Participações Ltda. (atual denominação da Tractebel EGI South America Ltda.), Companhia Vale do Rio Doce, Alcoa Alumínio S.A., BHP Billiton Metais S.A. e Camargo Corrêa Energia S.A. Atualmente, as empresas detentoras da concessão são Companhia Energética Estreito S.A. (mudança da razão social da Suez Energia Renovável S.A.), Companhia Vale do Rio Doce, Estreito Energia S.A. e Intercement do Brasil S.A. (transferência das cotas-partes detidas pela Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.). A empresa BHP Billiton Metais S.A. alienou sua participação para as empresas Suez Energy South America Participações Ltda. e Alcoa Alumínio S.A. em fevereiro de 2006, portanto, não sendo mais parte integrante do CESTE. Com sede em Aguiarnópolis - TO, o Consórcio tem como objetivo a implantação e exploração da AHE Estreito em consonância com as regras emanadas do edital de licitação do empreendimento e de seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. O empreendimento abrange a construção de uma usina hidrelétrica localizada no Rio Tocantins, Município de Estreito, Estado do Maranhão e divisa dos Municípios de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins, Estado do Tocantins. O projeto terá capacidade instalada total de geração de 1.087 MW, constituído de 8 (oito) turbinas Kaplan, das quais, em 31 de dezembro de 2012, 7 (sete) estavam em operação. A energia elétrica produzida pela usina será utilizada ou comercializada pelas consorciadas na condição de produtores independentes de energia elétrica. **1.1 Questões ambientais:** O órgão ambiental licenciador do empreendimento é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Os órgãos ambientais dos Estados do Maranhão e Tocantins são consultados durante o processo de licenciamento, que acontece em três etapas: 1ª - Licença Prévia: confirma a viabilidade ambiental do empreendimento após análise dos estudos ambientais e realização das audiências públicas na região. 2ª - Licença de Instalação: autoriza o início das obras após o detalhamento dos programas ambientais. Essa licença é emitida após a aprovação do Plano Básico Ambiental - PBA, que detalha os programas a serem implantados durante a construção da usina. 3ª - Licença de Operação: autoriza o enchimento do reservatório, o início da operação da usina e a geração de energia elétrica, após a verificação da implantação dos programas socioambientais. Em 14 de dezembro de 2006, o IBAMA concedeu a Licença de Instalação nº 414/06, com validade de quatro anos, para a implantação da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Em 24 de novembro de 2010, o Consórcio obteve a Licença de Operação nº 974/10, com validade de quatro anos a partir daquela data. A Licença de Operação estabelece as condicionantes que devem ser executadas durante a fase de operações da UHE Estreito e se referem basicamente à continuidade de determinados programas ambientais e implementação de novos programas socioeconômicos e físicos bióticos, ao monitoramento do Plano de Enchimento do reservatório, bem como à apresentação periódica de relatórios sobre tais programas aos órgãos competentes. Os compromissos socioambientais assumidos pela Sociedade já estão em andamento e as obrigações relativas a tais compromissos com seus fornecedores estão descritas nas notas explicativas nº 7 e nº 8. Os custos de tais compromissos incorridos até 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram capitalizados no ativo imobilizado como "Demais custos de construção" quando referentes às partes do projeto que ainda estão em construção e foram lançados a resultado quando referentes à manutenção da Licença de Operação. Para efeitos de registro contábil, valor dos custos socioambientais futuros relacionados à construção do empreendimento, os quais serão desembolsados no futuro durante o prazo da concessão são contabilizados como despesa à medida que ocorrem. **1.2. Concessão Onerosa:** O Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ("UBP"), relativo ao projeto para geração de energia elétrica, regido pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, foi outorgado pelo Decreto de 26 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial em 27 de novembro de 2002. Seu prazo é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato. O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias. No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas ao Aproveitamento Hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente. Para efeitos de registro contábil, a Sociedade entende que é um contrato de execução, sendo os pagamentos pelo UBP, desembolsados durante o prazo da concessão, contabilizados como despesa à medida que são efetuados. **1.3. Uso do Bem Público:** O pagamento pelo Uso do Bem Público ("UBP"), devido quando da concessão, pela Sociedade, será pago em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M de R$2.699 em 31 de dezembro de 2012 (R$2.475 em 31 de dezembro de 2011). Em 8 de março de 2012, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 99/2012-SCG/ANEEL, que teve como objetivo substituir o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para atualização monetária do valor do pagamento pelo Uso de Bem Público (UBP) incidente sobre a parcela de energia comercializada pela Usina Hidrelétrica (UHE) Estreito no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e revisar o valor anual por ela recolhido a título de pagamento pelo UBP. O primeiro pagamento foi realizado quando da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da UHE Estreito em maio de 2011. Em março de 2004, em decorrência do atraso no processo de obtenção da Licença Prévia com o IBAMA, o CESTE encaminhou correspondência à ANEEL requerendo que lhe fossem concedidos os direitos a seguir, a fim de permitir o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão: a) Revisão dos prazos de implantação da UHE Estreito. b) Adiamento da data inicial de pagamento pelo UBP. c) Adiamento da data inicial da contagem do prazo de concessão. d) Alteração dos prazos ou as datas constantes nas letras a), b) e c) com base na data em que o IBAMA emitir a Licença Prévia para o CESTE. Em março de 2005, a ANEEL informou, por meio de Ofício, que os prazos estipulados no contrato de concessão seriam revistos quando do recebimento, pelo CESTE, da Licença de Instalação. Após o recebimento da Licença de Instalação, em 14 de dezembro de 2006, o Consórcio enviou Ofício à ANEEL, com o novo cronograma de implantação, e a ANEEL emitiu o Termo de Arquivamento de Notificação TA 304/2007 SFG, de 27 de agosto de 2007. Em decorrência do longo prazo decorrido entre a outorga da concessão e a obtenção da Licença de Implantação do empreendimento, ocorrida somente em dezembro de 2006, o CESTE deu início às tratativas com a ANEEL, conforme retratado no Ofício nº 219 - SGH/ANEEL, de 28 de fevereiro de 2007, a fim de ajustar o cronograma de implantação da UHE Estreito. Na mesma oportunidade, foi apresentado à ANEEL o pleito de postergação das duas últimas unidades para 2018, com o compromisso de antecipação para 2010, da entrada em operação das unidades 1 a 6. O pleito foi aprovado, condicionado à revisão da energia assegurada pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"). A revisão da garantia física de energia da UHE Estreito, considerando a postergação das unidades 7 e 8 para 2018 e a antecipação das unidades 1 a 6, firmada por meio da Portaria nº 26 do MME, resultou na redução da energia assegurada acumulada. Por considerar que as reduções anteriormente mencionadas afetariam os fundamentos econômicos do projeto, o CESTE desistiu do pleito para alteração do cronograma de implantação das unidades geradoras. Em razão dessa desistência, o CESTE retomou o cronograma de implantação do empreendimento e solicitou à ANEEL nova revisão do Contrato de Concessão. Dessa forma, o cronograma do início das operações definido naquela época era o seguinte: a primeira turbina entraria em operação em 1º de dezembro de 2010, a segunda prevista em 1º de março de 2011, a terceira em 1º de junho de 2011, a quarta em 1º de setembro de 2011, a quinta em 1º de dezembro de 2011, a sexta em 1º de março de 2012, a sétima em 1º de junho de 2012 e a oitava em 1º de setembro de 2012, conforme 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão no 094/02 - ANEEL. Em 28 de junho de 2010, o CESTE encaminhou à ANEEL nova proposta de cronograma para a entrada em operação comercial das Unidades Geradoras da UHE Estreito, bem como o pagamento pela concessão que passaria a ser em bases anuais. Esse pleito se deu, principalmente, em virtude de paralisações totais e parciais das forças de trabalho dos empreiteiros do canteiro de obras. Segundo essa solicitação, a 1ª Unidade Geradora entraria em operação em 1º de abril de 2011. Em análise aos argumentos apresentados pelo CESTE, a Diretoria da ANEEL, no dia 1º de fevereiro de 2011, acatou nos autos do processo n.º 48500.001288/2002-42, o pedido do CESTE de alteração do cronograma de implantação do UHE Estreito, conforme solicitado nas correspondências de nº 025-DIRPRES-CESTE e 035-DIRPRES-CESTE, respectivamente de 28 de junho de 2010 e de 28 de julho de 2010, que passou a contemplar, nos termos da Resolução Autorizativa nº 2.754, de 1º de fevereiro de 2011, as seguintes datas para fins de entrada em operação comercial de suas 8 (oito) unidades geradoras:

| Entrada em operação comercial da unidade geradora | Cronograma aprovado pela ANEEL em 01/02/2011 | Entrada em operação efetiva |
|---|---|---|
| 1ª unidade | Até 01/04/2011 | 28/04/2011 |
| 2ª unidade | Até 01/07/2011 | 01/07/2011 |
| 3ª unidade | Até 01/10/2011 | 29/09/2011 |
| 4ª unidade | Até 01/01/2012 | 22/12/2011 |
| 5ª unidade | Até 01/04/2012 | 01/03/2012 |
| 6ª unidade | Até 01/07/2012 | 29/05/2012 |
| 7ª unidade | Até 01/10/2012 | 09/08/2012 |
| 8ª unidade | Até 01/01/2013 | - |

Cumpre ressaltar que em 17 de junho de 2008, o MM. Juiz da Seção Judiciária de Imperatriz, no Estado do Maranhão, em decisão de primeira instância, julgou parcialmente procedente uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, para anular a Licença de Instalação do empreendimento. Ainda em sede de sentença, mas a título de antecipação da tutela, o MM. Juiz Federal determinou a paralisação parcial das obras de implantação da UHE Estreito. Em 23 de junho de 2008, em sede de Suspensão de Segurança ajuizada pela ANEEL, pelo IBAMA e pela União Federal, o Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região determinou a retomada imediata das obras, haja vista o interesse público que norteia o empreendimento. A Suspensão de Segurança transitou em julgado favoravelm

# ESTREITO ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 07.089.298/0001-05

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 6.805 | 177 |
| Aplicação financeira | 39.925 | 8.811 |
| **Total** | **46.730** | **8.988** |

| Instituição financeira | Tipo de aplicação | Vencimento original (*) | Remuneração | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|---|---|
| Bradesco S.A. | CDB | 26/06/13 | 70% do CDI | 4.770 | - |
| Itaú BBA | CDB | 21/10/14 | 95% do CDI | 18.465 | - |
| Itaú BBA | CDB | 19/12/14 | 97% do CDI | 13.000 | - |
| HSBC | CDB | 02/07/14 | 98% do CDI | 3.474 | - |
| Itaú BBA | CDB | 05/08/14 | 95% do CDI | 216 | - |
| Itaú BBA | CDB | 31/12/16 | 20% do CDI | - | 5.138 |
| Banco do Brasil | CDB | 23/11/12 | 100% do CDI | - | 1.232 |
| Itaú BBA | CDB | 03/12/13 | 101,5% do CDI | - | 2.401 |
| HSBC | CDB | 03/12/13 | 100,5% do CDI | - | 40 |
| **Total** | | | | **39.925** | **8.811** |

(*) As aplicações financeiras, as quais correspondem a CDB´s pós-fixados emitidos pelas instituições financeiras acima, preveem a possibilidade de resgate antecipado a qualquer momento desde a data da aplicação até a data do vencimento, sem que haja perda da rentabilidade contratada ou quaisquer custos adicionais. **5. Contas a Receber - Partes Relacionadas:** O saldo de contas a receber com partes relacionadas refere-se ao contas a receber de transações de venda de energia à controladora Alcoa Alumínio S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R$18.985 (R$12.078 em 31 de dezembro de 2011), com vencimento em janeiro de 2013. **6. Impostos a Recuperar:** O saldo da rubrica "Impostos a recuperar" é composto por créditos de PIS e COFINS relativos às operações de compra de cimento, aço e equipamentos eletromecânicos para a construção da UHE Estreito. Ao longo do período de construção serão acumulados valores e, após o início da operação, esses créditos serão recuperados, pelas consorciadas, fracionados pelas suas cotas-partes. Devido ao início parcial das operações do Consórcio em 2011, a Sociedade iniciou o processo de recuperação desses créditos, de forma proporcional à quantidade de turbinas que entraram em operação. Esses créditos não são remunerados e, portanto, serão recuperados pelos seus valores nominais.

| | 31/12/2011 | Adições | Utilização | 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|
| PIS a recuperar | 16.287 | 1.056 | (2.860) | 14.483 |
| COFINS a recuperar | 75.017 | 4.866 | (12.600) | 67.283 |
| **Total** | **91.304** | **5.922** | **(15.460)** | **81.766** |

| **Classificado como:** | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Circulante | 19.797 | 15.554 |
| Não-circulante | 61.969 | 75.750 |
| **Total** | **81.766** | **91.304** |

**7. Imobilizado e Intangível:** Os custos diretamente relacionados ao projeto da usina são lançados nas rubricas do ativo imobilizado e serão alocados nas contas definidas somente no encerramento do projeto, sendo depreciados a partir de sua entrada em operação. Na Fase I, as obras e os seguros sobre elas são de responsabilidade da Construtora OAS Ltda. Para a Fase II, a Sociedade está negociando contratos de seguros à medida que os bens de valores relevantes da usina forem sendo imobilizados. A depreciação vem sendo reconhecida com base no custo proporcional à energia assegurada de cada unidade geradora desde a entrada em operação da 1ª turbina até o prazo final da concessão.

| Imobilizações | Nota exp. | 31/12/2011 | Movimentações: Adições (baixas) | Depreciação/amortização | Transferências | 31/12/2012 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Imobilizado em operação** | 7.7. | | | | | |
| **Geração** | | | | | | |
| Terrenos | | 42.158 | - | (1.508) | - | 40.650 |
| Reservatórios, barragens e adutoras | | 665.390 | - | (23.939) | 6.866 | 648.317 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 12.773 | - | (457) | 1.329 | 13.645 |
| Máquinas e equipamentos | | 141.358 | - | (6.926) | 79.575 | 214.007 |
| ICMS sobre imobilizados | | 37.427 | 1.329 | (1.633) | (1.329) | 35.794 |
| | | 899.106 | 1.329 | (34.463) | 86.441 | 952.413 |
| **Sistema de transmissão de conexão** | | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | | 826 | - | (30) | - | 796 |
| Máquinas e equipamentos | | 55.604 | - | (1.994) | 91 | 53.701 |
| | | 56.430 | - | (2.024) | 91 | 54.497 |
| Total do imobilizado em operação | 7.7. | 955.536 | 1.329 | (36.487) | 86.532 | 1.006.910 |
| Imobilizado em curso | | | | | | |
| Imobilizado administrativo | | 2.820 | 663 | - | (2.179) | 1.304 |
| Terrenos | 7.2. | 9.289 | 1.424 | - | - | 10.713 |
| Custos de construção | | | | | | |
| Cimento e aço | | 1.345 | (678) | - | - | 667 |
| Máquinas e equipamentos | 7.3. | 71.360 | 6.608 | - | (43.278) | 34.690 |
| Obras civis principais | 7.4. | 9.454 | 10.647 | - | 6.217 | 26.318 |
| Reservatório | | 2.241 | 3.666 | - | (712) | 5.195 |
| Brita | | 88 | 495 | - | - | 583 |
| Demais custos de construção | 7.5. | 63.035 | 31.428 | - | (11.066) | 83.397 |
| Linha de transmissão | | 1.099 | 10 | - | - | 1.109 |
| Adiantamentos a fornecedores | 7.6. | 34.810 | 29.319 | - | (35.514) | 28.615 |
| Imobilizações em curso - propriedadesa realizar. | | - | - | - | - | - |
| Total do imobilizado em curso | | 195.541 | 83.582 | - | (86.532) | 192.591 |
| Total das imobilizações | | 1.151.077 | 84.911 | (36.487) | - | 1.199.501 |
| **Intangível** | | | | | | |
| Direito de uso de software | | 887 | 1 | - | - | 888 |
| Terrenos para serventia | 7.8. | 1.141 | - | (41) | - | 1.100 |
| Total do intangível | | 2.028 | 1 | (41) | - | 1.988 |

**7.1. Indisponibilidade dos bens:** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e ainda especificamente com o artigo 19 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico e as linhas de transmissão associadas, desde o início da operação da usina, não poderão ser removidos, alienados, cedidos nem dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador e fiscalizador do Poder Concedente. **7.2. Terrenos:** Referem-se à compra de propriedades das áreas utilizadas na construção da UHE Estreito. **7.3. Máquinas e equipamentos:** Referem-se à compra de equipamentos e sistemas eletromecânicos, incluindo serviços de engenharia, a provisionamento de materiais e equipamentos, fabricação, transporte e respectivo seguro deles, de itens que comporão a UHE Estreito. **7.4. Obras civis principais:** Referem-se ao custo da mão de obra aplicada na construção da UHE Estreito, tendo como principal fornecedor o Consórcio Rio Tocantins, que posteriormente será rateado para efeito de valoração da obra. **7.5. Demais custos de construção:** Referem-se a custos incorridos na construção da usina que serão alocados às demais contas de imobilizado na conclusão do projeto. Todas as despesas com advogados e outros especialistas são diretamente relacionadas e associadas ao projeto e, assim sendo, são capitalizáveis. **7.6. Adiantamentos a fornecedores:** Os principais adiantamentos foram feitos aos fornecedores Voith - Siemens Hydro Power Generation Ltda. e Alstom Hydro Energia Brasil Ltda. e referem-se à preparação dos equipamentos eletromecânicos. Esses adiantamentos são liberados após aferição dos eventos, pelo Consórcio, quando é emitida Autorização de Faturamento para emissão de nota fiscal "pro forma", e serão compensados na ocasião do faturamento e da entrega de partes dos equipamentos ou dos equipamentos completos. O adiantamento feito ao Consórcio Rio Tocantins é relativo ao contrato de execução, sob o regime de empreitada de obras civis, que incluirá a execução e o fornecimento de itens de consumo, ressalvando os itens de consumo expressamente assumidos pelo Consórcio. Esses adiantamentos estão sendo compensados à medida que estão sendo desenvolvidos os serviços. **7.7. Imobilizado em operação - geração e transmissão/conexão:** Este grupo de contas registra o valor dos bens em serviço de geração de energia e está sendo depreciado proporcionalmente à produção de energia. O Consórcio contratou empresa especializada para execução do trabalho de atualização das demonstrações referentes ao imobilizado da UHE ("Unitização"). O Consórcio está utilizando os critérios de unitização e cadastramento do imobilizado em serviço conforme determinado pela Resolução Normativa da ANEEL n° 367/09, de 2 de junho de 2009. Em 2011, iniciou o processo de inventário e revisão de seu imobilizado e, como resultado, efetuou a reclassificação de alguns bens entre contas e entre Unidades de Cadastro - UC, afetando as rubricas do Imobilizado em operação. O processo de unitização tem previsão de conclusão na entrada em operação da última turbina da UHE Estreito. **7.8. Intangível:** Terrenos para servidão - São terrenos que abrigam a linha de transmissão, locados dos proprietários, cujos valores serão amortizados pelo mesmo prazo de concessão. **8. Fornecedores:** Os principais contratos de fornecimento/prestação de serviços assinados pelo Consórcio e com saldos a pagar em 31 de dezembro de 2012 estão listados a seguir:

| | Nota explicativa | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|---|
| Furnas Centrais Elétricas | | 75 | - |
| Compra de propriedades (diversos fornecedores) | | 102 | 35 |
| Consórcio Rio Tocantins | 8.1 | 4.705 | 56 |
| Construtora Aliança | | - | 137 |
| Bardela S.A. - Indústrias Mecânicas | | 37 | - |
| Voith Siemens Hydro Power Generation Ltda | | - | 593 |
| Systema Natura e Consultoria Ambiental Ltda. | | 135 | - |
| Consrod Engenharia e Construções Ltda. | | 134 | - |
| WPG Engenharia e Construções Ltda. | | 130 | - |
| Moldar Engenharia Ltda. | | 50 | - |
| A C Burlamaqui Consultores | | 7 | - |
| Jose Ivan Salviano Vilar | | 17 | - |
| Aldiem Loc de Maq. Pesadas e Equip. Ltda. | | 174 | - |
| Retenções contratuais - fornecedores | 8.2 | 1.776 | 2.229 |
| Tractebel Energia S.A. (parte relacionada). | | - | 248 |
| Outros | | 1.117 | 1.869 |
| **Total** | **8.3** | **8.459** | **5.167** |

**8.1. Principais obras civis:** Referem-se ao custo da mão de obra aplicada na construção da UHE, tendo como principal fornecedor o Consórcio Rio Tocantins - CRT, que posteriormente será rateado para efeito de valoração da obra. Efetuada a provisão referente ao pleito realizado pelo fornecedor CRT no valor de R$ 4.705 para conclusão do Termo de Encerramento de Contrato. **8.2. Retenções contratuais:** Referem-se a retenções contratuais de acordo com a cláusula de Garantia do Fiel Cumprimento e que serão pagas quando do encerramento se atendidas todas as cláusulas do contrato. **8.3. Fornecedores:** O saldo remanescente de fornecedores refere-se à prestação de serviços e às aquisições de bens necessários ao processo de construção e operação da UHE Estreito.

**9. Tributos a Recolher**

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| IRPJ | 24.127 | 7.275 |
| CSLL | 7.902 | 2.628 |
| PIS | 201 | 175 |
| COFINS | 926 | 805 |
| Outros | 950 | 1.361 |
| **Total** | **34.106** | **12.244** |

**10. Encargos Regulatórios**

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| TUST (a) | 1.533 | 976 |
| COFURH (b) | 1.127 | 672 |
| P&D (c) | 1.205 | 292 |
| Outros | 496 | 654 |
| **Total** | **4.361** | **2.594** |

(a) Refere-se aos encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição. (b) Refere-se à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. (c) Refere-se ao saldo das cotas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Sociedade, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, bem como ao saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento. **11. Provisão Para Riscos Civeis e Trabalhistas:** Em 2012, a Administração registrou as provisões referentes às causas com probabilidade de perda considerada provável em suas demonstrações financeiras, no montante de R$ 1.229, conforme recomendado pelo CPC – 25, Provisão e Passivo e Ativo Contingentes. **11.1 Causas cíveis:** O Consórcio possui ações cíveis públicas referentes à temática do licenciamento ambiental. Os advogados externos do Consórcio concluíram que tais causas judiciais apresentam possível probabilidade de perda. Caso as ações sejam julgadas improcedentes, na opinião dos advogados externos e da Administração, é mais provável que o ônus do Consórcio esteja relacionado com o custeio de medidas de recuperação do meio ambiente. O Consórcio tem a obrigação, conforme definido na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, de destinar um percentual do valor empregado para implantação do empreendimento no fomento a unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral. O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública contra o IBAMA questionando a forma de aplicação de recursos oriundos dessa compensação ambiental. O Consórcio possui 1.277 processos cíveis referentes, principalmente, à indenização por danos materiais e morais (ações em que é Réu) e ações de desapropriação (ações em que é Autor). Consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos a Administração do Consórcio considera as probabilidades, conforme demonstrado abaixo:

| | | Consórcio - 100% Valor econômico | | Participação da Sociedade - 25,49% Valor econômico | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Classificação Remota | 141 | 2.606 | - | 664 | - |
| Classificação Possível | 978 | 56.742 | 246 | 14.464 | 63 |
| Classificação Provável | 158 | 1.231 | - | 314 | - |
| **Total** | **1.277** | **60.579** | **246** | **15.442** | **63** |

**11.2 Causas trabalhistas:** O Consórcio figura no polo passivo de 98 processos, movidos, em sua grande maioria, por funcionários ou ex-funcionários das empresas contratadas para a construção da UHE Estreito. Consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos a Administração do Consórcio considera as probabilidades, conforme demonstrado abaixo:

| | | Consórcio - 100% Valor econômico | | Participação da Sociedade - 25,49% Valor econômico | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Classificação Remota | 78 | 5.917 | - | 1.508 | - |
| Classificação Possível | 5 | 126 | 19 | 32 | 5 |
| Classificação Provável | 15 | 3.591 | - | 915 | - |
| **Total** | **98** | **9.634** | **19** | **2.455** | **5** |

**11.3 Causas fiscais:** O Consórcio possui 29 autos de infração cujas matérias são: Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS - cobrança de multa pela não retenção do ISS devido sobre serviços contratados de terceiros, emitidos pela Secretaria da Fazenda do Município de Estreito - MA, e ICMS - exigência de imposto e multa pelo não recolhimento do imposto ou diferencial de alíquota devido em operações tributáveis: nas aquisições de mercadorias, operações não registradas no RMS e substituição tributária, emitidos pela Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão - UFRE do Município de Imperatriz. Consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos a Administração do Consórcio considera as probabilidades, conforme demonstrado abaixo:

| | | Consórcio - 100% Valor econômico | | Participação da Sociedade - 25,49% Valor econômico | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Classificação Remota | 5 | 6.952 | - | 1.772 | - |
| Classificação Possível | 24 | 23.003 | 19 | 5.863 | 5 |
| **Total** | **29** | **29.955** | **19** | **7.635** | **5** |

**12. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Sociedade, totalmente integralizado, é de R$1.235.229 (R$1.228.746 em 31 de dezembro de 2011), representado por 336.501.331 ações, no valor nominal de R$1,00 cada ação, conforme segue:

| Acionistas | Quantidade | Percentual |
|---|---|---|
| Alcoa Alumínio S.A. | 336.501.330 | 99,999% |
| Companhia Geral de Minas - CGM | 1 | 0,001% |
| **Total** | **336.501.331** | **100,000%** |

**b) Integralizações de capital efetuadas em 2012 e 2011**

| | Data | Valor |
|---|---|---|
| Assembleia Geral Extraordinária | 03/01/2011 | 25.080 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 24/02/2011 | 8.354 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 15/03/2011 | 3.950 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 15/04/2011 | 8.000 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 02/05/2011 | 3.830 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 25/05/2011 | 220 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 15/06/2011 | 13.780 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 05/07/2011 | 4.085 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 05/08/2011 | 10.396 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 05/09/2011 | 100 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 30/09/2011 | 2.635 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 05/10/2011 | 160 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 01/11/2011 | 2.270 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 08/12/2011 | 440 |
| **Total de integralizações em 2011** | | **83.300** |
| Assembleia Geral Extraordinária | 02/01/2012 | 420 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 31/01/2012 | 3.148 |
| Assembleia Geral Extraordinária | 01/02/2012 | 2.915 |
| **Total de integralizações em 2012** | | **6.483** |

**c) Dividendos e reservas:** O estatuto social da Sociedade estabelece que no fim do exercício social sejam levantados o balanço geral e a demonstração do resultado com observância das prescrições legais. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 1% do lucro líquido anual, ou até sobre sua retenção, total ou parcial.

| | |
|---|---|
| Lucro do exercício - 2012 | 74.180 |
| Reserva legal (5%) | (3.709) |
| Base para os dividendos mínimos | 70.471 |
| Dividendos (*) | (25.000) |
| Destinação à reserva de lucros | 45.471 |
| Total de reservas de lucros | 67.188 |

(*) Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 5 de outubro de 2012, foi aprovada a distribuição antecipada de dividendos no valor total de R$25.000.

**13. Receita Líquida Operacional**

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Venda de energia | 199.607 | 62.209 |
| Dedução: | | |
| PIS | (3.294) | (1.026) |
| COFINS | (15.170) | (4.728) |
| Total | 181.143 | 56.455 |

**14. Custos e Despesas por Natureza**

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Salários, horas extras e bônus | 815 | 427 |
| INSS e FGTS | 380 | 159 |
| Benefícios a funcionários | 119 | 107 |
| Provisões de férias e 13º salário | 187 | 117 |
| Depreciação | 36.487 | 10.173 |
| Amortização | 41 | 680 |
| Operação e manutenção de usinas | 5.230 | 3.083 |
| Despesas com imóveis | 93 | 387 |
| Informática | 70 | 162 |
| Outras despesas | 7.237 | 2.277 |
| Encargos regulatórios | 20.636 | 9.563 |
| **Total** | **71.295** | **27.135** |

Classificados como:

| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|---|---|
| Custo do serviço prestado | 70.015 | 26.157 |
| Despesas operacionais | 1.280 | 978 |

**15. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

| | 31/12/2012 | | 31/12/2011 | |
|---|---|---|---|---|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro antes dos impostos | 111.278 | 111.278 | 29.474 | 29.474 |
| Alíquota vigente | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Expectativa de despesas de acordo com a alíquota vigente | 27.820 | 10.015 | 7.369 | 2.653 |
| **a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:** | | | | |
| Reconhecimento despesas diferidas | (118) | (43) | - | - |
| Adicional de IR | (25) | - | (94) | (25) |
| Imposto de renda e contribuição social | 27.677 | 9.972 | 7.275 | 2.628 |
| Alíquota efetiva | 24,87% | 8,96% | 24,68% | 8,92% |

**16. Participação no Ceste:** Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a participação da Sociedade e das demais consorciadas no CESTE era:

| | 31/12/2012 | | 31/12/2011 | |
|---|---|---|---|---|
| Consorciada | Quantidade de cotas-partes | Percentual | Quantidade de cotas-partes | Percentual |
| Companhia Energética Estreito S.A. | 2.138.507 | 40,07% | 1.988.130 | 40,07% |
| Companhia Vale do Rio Doce | 1.601.078 | 30,00% | 1.488.492 | 30,00% |
| Estreito Energia S.A. | 1.360.383 | 25,49% | 1.264.722 | 25,49% |
| Intercement do Brasil S.A. | 236.959 | 4,44% | 220.277 | 4,44% |
| **Total** | **5.336.927** | **100,00%** | **4.961.621** | **100,00%** |

Em 29 de junho de 2011, a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.754 transferiu as cotas-partes detidas pela Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. para a Intercement do Brasil S.A. (nova denominação da Camargo Corrêa Cimentos S.A.) e mudou a razão social de Suez Energia Renovável S.A. para Companhia Energética Estreito S.A. As consorciadas integrantes do CESTE, bem como as cedentes de suas cotas-partes, assinaram terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão de Geração ANEEL nº 94/02, formalizando as transferências.

**17. Transações com partes Relacionadas:** Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

**a) Transações comerciais**

| | Ativo | | Passivo | | Resultado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/12 | 31/12/11 | 31/12/12 | 31/12/11 | 31/12/12 | 31/12/11 |
| Alcoa Alumínio S.A. | 18.895 | 12.078 | - | - | 181.143 | 56.455 |
| CESTE | - | - | - | 2.549 | - | - |
| Tractebel Energia S.A. | - | - | - | 248 | | |
| **Total** | **18.895** | **12.078** | **-** | **2.797** | **181.143** | **56.455** |

**b) Remuneração dos administradores:** A Sociedade não possui administração direta, sendo representada por profissionais indicados e remunerados diretamente pela Alcoa Alumínio S.A.

**18. Cobertura de Seguros:** O CESTE contratou até 31 de dezembro de 2012 as modalidades de seguros de: **a) Risco de engenharia e perda de resultado:** Contemplam eventuais danos materiais decorrentes de acidentes em obras civis, instalações e montagens, riscos do fabricante, erro de projeto, manutenção ampla e perda de resultado esperado (ALOP) da construção da UHE Estreito, linha de transmissão e obras do reservatório. **b) Responsabilidade civil:** Contempla as obras civis em construção, instalações e montagens de máquinas e equipamentos. Valores declarados:

| Tipo de seguro | Vigência da apólice | Consórcio 100% Limite de indenização | Percentual de 25,49% Limite de indenização |
|---|---|---|---|
| Risco de engenharia | 01/04/2013 | 2.000.000 | 509.800 |
| Risco operacional e Lucros cessantes | 31/05/2013 | 2.352.202 | 599.576 |
| Automóvel | 31/10/2013 | 110.000 | 28.039 |
| Automóvel | 25/08/2013 | 160.000 | 40.784 |
| **Total** | | **4.622.202** | **1.178.199** |

| Tipo de seguro | Circulante | Não circulante | Total |
|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 1.939 | 570 | 2.509 |
| Adições | 2.865 | - | 2.865 |
| Capitalização | (3.689) | - | (3.689) |
| Gastos | (772) | - | (772) |
| Transferências | 570 | (570) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2012** | **913** | **-** | **913** |

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade possuía R$10.702 (R$6.915 em 31 de dezembro de 2011) registrados no ativo imobilizado, referentes ao período de vigência já incrrido. Além disso, há R$913 (R$1.939 em 31 de dezembro de 2011) registrados na rubrica "Seguros a apropriar", os quais serão alocados no ativo imobilizado ao longo do período de vigência das apólices. **19. Instrumentos Financeiros:** A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade está restrita a caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores. Todos esses instrumentos financeiros são registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades da Sociedade, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado e outros. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, a qual é monitorada diretamente pelos acionistas controladores. **19.1 Considerações sobre riscos:** Gestão do risco de capital: A Sociedade administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes e de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating". Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a receber de clientes está concentrado na Alcoa Alumínio S.A., sua controladora, no montante de R$18.985 (R$12.078 em 31 de dezembro de 2011). **19.2 Valorização dos instrumentos financeiros:** O CPC 40 e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O CPC 40 e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado A Sociedade classifica suas aplicações financeiras no montante de R$39.925 em 31 de dezembro de 2012 (R$8.811 em 31 de dezembro de 2011) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2. A Administração considera que o valor de mercado dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 não difere substancialmente daquele registrado nas demonstrações financeiras. **19.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Administração não negociou com instrumentos financeiros derivativos durante 2012 e 2011. **20. Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras:** A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2013.

**Presidente:** Franklin Lee Feder **Diretores:** Carlos Eduardo Mahfuz, Ricardo de Barros Moraes Sayão, Aquilino Paolucci Neto

**Celso Ricardo Baccini -** Contador CRC nº 1SP232884/O-3 "S" MG

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da **Estreito Energia S.A. -** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Estreito Energia S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** *Obrigações a pagar – Licença de Operação:* Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1., a Sociedade não registrou o valor das obrigações a pagar das condicionantes vinculadas à Licença de Operação – LO. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o registro da obrigação das condicionantes vinculadas a LO em contrapartida ao ativo intangível (licença de operação). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de obrigações a pagar está a menor no montante de R$9.532 mil, o ativo intangível (licença de operação) está a menor no montante de R$9.259 mil, e o patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício findo naquela data estão a maior no montante de R$180 mil, líquido dos efeitos tributários. *Obrigações a pagar – Uso do Bem Público:* Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2., a Sociedade não registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) desde a data da assinatura do contrato de concessão (ocorrida em 2002). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de obrigações a pagar está a menor no montante de R$28.563 mil, o ativo intangível (direito de concessão) está a menor no montante de R$24.085 mil, e o patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício findo naquela data estão a maior no montante de R$2.955 mil, líquido dos efeitos tributários. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo do item Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estreito Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Conforme descrito na nota explicativa no 3(c), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Conforme mencionado na nota explicativa no 5, a Sociedade possui transações de venda de energia à sua controladora, responsáveis por parcela significativa de suas receitas de vendas. Os resultados de referidas transações, caso efetuado com terceiros, poderiam ser diferentes daqueles obtidos pela Sociedade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 19 de março de 2013

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Iara Pasian**
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

**Deloitte.**

# COMPANHIA GERAL DE MINAS

CNPJ/MF 60.580.396/0001-15

**Relatório da Administração**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V. Sªs. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 acompanhadas das notas explicativas. A diretoria está à disposição dos acionistas para as informações que julgarem necessárias.
Poços de Caldas, 28 de março de 2013. - A Diretoria

**Balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

| ATIVO | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 1.846 | 1.398 |
| Contas a receber | 17 | 30 |
| Transações com partes relacionadas (Nota 11) | 6.721 | 6.756 |
| Créditos fiscais a compensar | 7 | 5 |
| Outros ativos | 12 | 3 |
| Dividendos a receber | 601 | 314 |
| | 9.204 | 8.506 |
| **Não circulante** | | |
| Depósitos judiciais | 293 | 293 |
| Investimentos (Nota 7) | 4.542 | 4.739 |
| Imobilizado (Nota 8) | 41.343 | 46.684 |
| Outros | 29 | 102 |
| | 46.207 | 51.818 |
| **Total do ativo** | **55.411** | **60.324** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Fornecedores (Nota 9) | 4.161 | 3.707 |
| Obrigações tributárias e trabalhistas | 469 | 425 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | 110 | 216 |
| Transações com partes relacionadas (Nota 11) | 532 | 280 |
| Provisão para contingências | 210 | 686 |
| Dividendos a pagar (Nota 12) | 14.129 | 21.561 |
| Outros passivos | - | - |
| | 19.611 | 26.875 |
| **Não circulante** | | |
| Provisão para restauração ambiental | 1.746 | 2.054 |
| | 1.746 | 2.054 |
| **Patrimônio líquido (Nota 12)** | | |
| Capital social | 16.775 | 16.775 |
| Reservas de capital | 1.513 | 1.513 |
| Reserva para investimentos | 15.766 | 13.107 |
| | 34.054 | 31.395 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **55.411** | **60.324** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido** - Valores expressos em milhares de reais

| | Capital Social Subscrito e Integralizado | Reservas de Capital: Incentivos Fiscais | Reservas de Capital: Especial | Reserva de Lucros: Legal | Reserva de Lucros: Reserva para Investimentos | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2010** | **16.775** | **8** | **1.505** | **2.094** | **6.596** | **-** | **26.978** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 5.793 | 5.793 |
| Integralização de capital | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (1.376) | (1.376) |
| Reserva legal | - | - | - | 290 | - | (290) | -

# COMPANHIA GERAL DE MINAS

CNPJ/MF 60.580.396/0001-15

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012** (Valores em milhares de reais - R$)

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, jazidas minerais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. As jazidas minerais são exauridas individualmente, com base na estimativa de produção da mina. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | Anos |
|---|---|
| Edificações e benfeitorias | 5 a 20 |
| Equipamentos e instalações | 10 a 50 |
| Veículos | 5 a 8 |
| Móveis e utensílios | 5 a 10 |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

**2.7 *Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

**2.8 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**2.9 Provisões**

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**2.11 Benefícios a empregados**

**(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, e realiza os pagamentos de contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

A Compahia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

**(b) Benefícios de recisão**

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

**(c) Participação nos lucros**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada *(constructive obligation)*.

**2.12 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**(a) Venda de produtos**

O reconhecimento da receita de vendas nos mercados interno, basicamente para a controladora Alcoa Aluminio S.A., que substancialmente refere-se a venda bauxita, se baseia nos princípios a seguir:

(i) Mercado interno - as vendas são feitas à vista ou a prazo, em período de, no máximo, 30 dias.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando os produtos são entregues ao transportador e/ou riscos e benefícios são transferidos para o cliente.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

**4 Gestão de risco financeiro**

**4.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (basicamente risco de moeda), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da controladora, segundo as políticas aprovadas pela controladora.

**(a) Risco de mercado**

**(i) Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. Considerando os ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro de 2011 e de 2012, o resultado da Companhia não teria apresentado movimentações significativas caso o real sofresse alguma desvalorização ou apreciação em relação ao dólar dos Estados Unidos.

**(b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A".

**(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria da controladora. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, a Companhia conta com o apoio imediato de sua controladora. Assim, a Companhia pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o grupo de tesouraria. A Companhia de tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

**5 Instrumentos financeiros por categoria**

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a contas a pagar e a receber com partes relacionadas e outros fornecedores e compreendem-se basicamente de empréstimos e recebíveis.

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 117 | 54 |
| Aplicações financeiras | 1.729 | 1.344 |
| | 1.846 | 1.398 |

Em 31 de dezembro de 2012, caixa e equivalentes de caixas incluíam substancialmente saldo de caixa e banco e aplicações financeiras com alto índice de liquidez de mercado, vencimentos não superiores há 90 dias e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os certificados de depósitos bancários são remunerados em aproximadamente 100% do CDI.

**7 Investimentos**

| | Resultado equivalência patrimonial | Saldos do investimento em 31 de dezembro | |
|---|---|---|---|
| | 2012 | 2012 | 2011 |
| **Investimento em sociedade controlada** | | | |
| Tampas Plásticas Mecesa S.A | 84 | 4.542 | 4.739 |

A Companhia possui participação de 99,29% na controlada Tampas Plásticas Mecesa S.A. A Companhia optou por não publicar as demonstrações financeiras consolidadas pelo fato dessa publicação ter sido feita pela sua controladora, a entidade Alcoa Aluminio S.A.

**8 Imobilizado**

| | Terrenos e jazidas | Edificações | Equiptos. e benfeitorias | Veículos | Móveis e utensílios | Desmob. de ativos | Total em Operação | Imobilizado Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | **47.406** | **122** | **-** | **-** | **-** | **536** | **48.064** | **48.064** |
| Custo total | 61.236 | 505 | 15 | 2 | 38 | - | **62.332** | **62.332** |
| Depreciação acumulada | (13.830) | (383) | (15) | (2) | (38) | - | **(14.268)** | **(14.268)** |
| Valor residual | **47.406** | **122** | **-** | **-** | **-** | **536** | **48.064** | **48.064** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 47.406 | 122 | - | - | - | 536 | **48.064** | **48.064** |
| Aquisição | - | - | - | - | - | 1.454 | **1.454** | **1.454** |
| Depreciação | (2.734) | (11) | - | - | - | (89) | **(2.834)** | **(2.834)** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | **44.672** | **111** | **-** | **-** | **-** | **1.901** | **46.684** | **46.684** |
| Custo total | 61.236 | 505 | 15 | 2 | 38 | 1.990 | **63.786** | **63.786** |
| Depreciação acumulada | (16.564) | (394) | (15) | (2) | (38) | (89) | **(17.102)** | **(17.102)** |
| Valor residual | 44.672 | 111 | - | - | - | 1.901 | **46.684** | **46.684** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 44.672 | 111 | - | - | - | 1.901 | 46.684 | 46.684 |
| Aquisição | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação | (4.996) | (11) | - | - | - | (335) | **(5.342)** | **(5.342)** |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | **39.675** | **100** | **-** | **-** | **-** | **1.566** | **41.341** | **41.341** |
| Custo total | 61.236 | 505 | 15 | 2 | 38 | 1.990 | **63.786** | **63.786** |
| Depreciação acumulada | (21.560) | (405) | (15) | (2) | (38) | (425) | **(22.445)** | **(22.445)** |
| Valor residual | 39.676 | 100 | - | - | - | 1.565 | **41.341** | **41.341** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2012** | **39.675** | **100** | **-** | **-** | **-** | **1.565** | **41.341** | **41.341** |

**9 Fornecedores**

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Aquisição bauxita | 4.067 | 3.648 |
| Outras contas a pagar | 90 | 59 |
| | 4.157 | 3.707 |

**10 Provisão para contingências**

A provisão para contingências passivas é estabelecida por valores atualizados das questões trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais em discussão nas instâncias administrativa e judicial, com base nas opiniões dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Conforme opiniões dos consultores jurídicos da Companhia, as probabilidades de perda para determinados processos são tidas como remotas, sendo assim, a Companhia não constitui provisões para esses casos. Em alguns processos tributários decorrentes das operações normais da Companhia, foram depositados em juízo os montantes envolvidos.

**11 Transações com partes relacionadas**

A Companhia mantém transações comerciais com sociedades ligadas, na compra e venda de produtos. Tais transações são efetuadas dentro de condições, incluindo preços e prazos, normais de mercado. Além disso, a Companhia possui o montante a receber de R$ 5.754 (2011 – R$ 5.204) da matriz (Alcoa Inc), relacionado à venda de uma antiga participação na entidade ALAHC realizada em 2007.

**12 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto por 11.061.095 ações ordinárias sem valor nominal.

**(b) Dividendos Propostos**

A legislação societária brasileira, por meio da Lei nº 6.404/76 determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório (25%) aos acionistas.

Durante 2012 foi constituído a título de dividendos obrigatórios o montante de R$ 828 (2011 – R$ 1.376), referente a 25% do lucro líquido do exercício descontado a reserva legal dos períodos de 2012 e 2011. O restante do Lucro Líquido será destinado para as contas reservas e reserva para investimento no montante de R$ 2.659 (2011 – R$4.417).

| | 2012 | 2011 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 3.487 | 5.793 |
| Constituição de reservas Legal (5%) | (174) | (290) |
| Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios | 3.313 | 5.503 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | 828 | 1.376 |

**(c) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**(d) Reserva de lucro para investimentos**

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo desta reserva de investimento será destinado para projetos de exploração de reservas de bauxita e outros projetos que visam a melhoria da eficiência operacional da Companhia.

Adicionalmente, essa reserva pode ser realizada para a distribuição de dividendos.

**13 Seguros**

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes, pela administração, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e suas responsabilidades.

**Franklin Lee Feder**
Presidente

**Marco Romero Ramos**
Diretor Executivo

**Ricardo de Barros Moraes Sayão**
Diretor

**Carlos Eduardo Mahfuz**
Diretor

**Aquilino Paolucci Neto**
Diretor

**Celso Ricardo Baccini**
Contador CRC nº 1SP232884/O-3 "S" MG